



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**A Atuação profissional na Secretaria Municipal
de Assistência Social no Município de
Casimiro de Abreu:
Limites e Possibilidades**

HENEDINA RODRIGUES



**RIO DAS OSTRAS-RJ
DEZEMBRO/2011**

**A Atuação profissional na Secretaria Municipal de Assistência
Social no Município de Casimiro de Abreu:
Limites e Possibilidades**

HENEDINA RODRIGUES

Monografia apresentada ao
Curso de Graduação em
Serviço Social da Universidade
Federal Fluminense, como
requisito parcial para obtenção
do Grau de Bacharel em
Serviço Social.

Orientador: Prof^a: Mestre Leile Silvia Cândido Teixeira

**RIO DAS OSTRAS- RJ
DEZEMBRO/2011**

A Atuação profissional na Secretaria Municipal de Assistência Social no Município de Casimiro de Abreu: Limites e Possibilidades

HENEDINA RODRIGUES

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Apresentada à Banca Examinadora, integrada pelos Professores:

.....
Prof^a: Mestre Leile Silvia Cândido Teixeira
Orientadora

.....
Prof^a: Mestre Eblin Joseph Farage
Banca Examinadora

.....
Prof^a: Mestre Clarice da Costa Carvalho
Banca Examinadora

**RIO DAS OSTRAS- RJ
DEZEMBRO/2011**

“Eu tenho um sonho de que um dia todo vale será elevado, todo morro e montanha será rebaixada, os lugares acidentados serão tornados planos, os lugares tortuosos serão tornados retos e a glória do Senhor será revelada, e todos juntos verão isso acontecer.”
(Martin Luther King)

AGRADECIMENTOS

Ao Deus – Pai, Filho e Espírito Santo – minha inspiração, meu motivador... Amado da minh'alma... Porque para ELE e por ELE são todas as coisas. Sem a Tua presença Senhor, nada poderia fazer obrigada Paizinho de Amor. "Tudo o que tenho tudo que sou e o que vier a ser vem de Ti Senhor"

Ao meu amado esposo Marcos Vinícius, meu namorado, confidente, amigo de todas as horas, que sempre me apoiou e me deu forças nos momentos mais difíceis de toda a minha vida. "Te Amo minha Vida"

A minha querida mamãe (guerreira, batalhadora, mulher de Deus, sempre está orando por mim e pedindo a Deus que eu tenha sabedoria, o que seria de mim sem você?) e minha irmãzinha Zilmara, que não me deixaram desistir e acreditaram em mim quando eu não mais conseguiria. Tanto incentivo investimento e amor não podem ser retribuídos nem com palavras, nem com dinheiro. "Amo vocês".

À memória do meu querido e amado Pai, "se você estivesse aqui teria-mos trocando tantas idéias, Deus me deu... e Deus mesmo o levou de volta. Sou grata a Deus, por ter me dado o privilégio de ter você como pai. Te amo muito, és o meu exemplo, saudades eternas."

Aos meus filhos amados Natália e Natan, vocês são a minha Inspiração, faço tudo por vocês. Amo vocês com toda a minha vida!

Às minhas grandes amigas Pollyana, Ana Cláudia e Luciana, por dividir comigo ansiedades, dificuldades, desesperos e alegrias. "Conseguimos Amigas!".

Aos meus "amigos mais chegados que irmãos", amigos de todas as horas e intercessores, Dagmar, Nilce e Adriel, Mônica e Alexandre, Rosane e Samuel, Ceiza e Fábio, Sônia, Graça (sogra querida) – vocês fazem parte da minha vida!

Familiares e Amigos, sem vocês o sonho não seria completo.

A minha querida Orientadora pelo carinho, sinceridade, apoio, paciência, dedicação e atenção, "o meu muito obrigado, por ter acreditado no meu esforço em escrever e destruir gigantes que nem eu mesmo acreditava que iria conseguir vencer, obrigada de coração, sou sua fã."

A banca examinadora o meu muito obrigado às Mestres Eblin Farage e Clarice Carvalho. Obrigada por fazer parte desse momento e ter participado da minha vida acadêmica com contribuições que foram de suma importância para o meu desenvolvimento profissional.

A todos os professores de Serviço Social do Pólo Universitário de Rio das Ostras, em especial Ana Paula Mauriel, Kátia Marro, Cristina Brites, Rodolfo Petrônio, em resumo todos os mestres, por todo ensinamento e pelas discussões, que tanto acrescentaram para o meu aprendizado e formação acadêmica.

A todos os funcionários do PURO pela atenção e carinho, em especial a Hebe da Biblioteca.

Enfim, a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para que eu chegasse até aqui.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	05
INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO I – ASSISTÊNCIA SOCIAL E A FILANTROPIA: ENTRE O DIREITO E A AJUDA.....	12
1.1 - MOVIMENTO DO CAPITAL E AS RESPOSTAS DOS TRABALHADORES.....	12
1.2- ESTADO, FILANTROPIA E POLITICA SOCIAL NO BRASIL.....	15
1.3- DIREITOS SOCIAIS NAS CONSTITUIÇÕES REPUBLICANAS.....	24
CAPÍTULO II - SERVIÇO SOCIAL E OS REBATIMENTOS DO CAPITALISMO NA CONTEMPORANEIDADE.....	35
2.1- SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL.....	38
2.2- SEGURIDADE SOCIAL, POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS), LEI ORGANICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS) E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS).....	48
2.3 - CONTRA-REFORMA DO ESTADO E O NEOLIBERALISMO.....	54
2.4 – GOVERNO LULA E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF).....	57
CAPÍTULO III- ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CASIMIRO DE ABREU.....	61
3.1 - PRÁTICA PROFISSIONAL DESENVOLVIDA NA INSTITUIÇÃO.....	65
3.2- LIMITES E POSSIBILIDADES NO COTIDIANO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91
ANEXOS.....	96

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe abordar as condições de trabalho do Serviço Social na Assistência Social no Centro Social em Palmital, desenvolvida junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, no município de Casimiro de Abreu.

O interesse em realizar o esse presente estudo, é fruto das indagações que surgiram no período de estágio supervisionado e houve um aprofundamento teórico na leitura da política de assistência social, a respeito de sua legitimidade enquanto direito social.

GIL (1999, p.32), aponta algumas considerações significativas em relação à pesquisa, no que tange a dialética, pois a mesma,

fornece bases para a interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não possam ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

Esta pesquisa utiliza o método histórico-dialético, o aprofundamento teórico bibliográfico, através de livros e artigos que falam sobre o processo de trabalho do profissional do Assistente social, a “questão social”, filantropia, direitos constitucionais, dentre outras demandas pertinentes a pesquisa. Foi realizada uma pesquisa documental, na busca de um resgate histórico e do processo de trabalho dos profissionais inseridos na Instituição.

Durante o período da pesquisa foi utilizada a entrevista estruturada, no qual se realizou um pré-teste para melhor precisão do objetivo da pesquisa e levantamento de dados, também foi aplicado um questionário com questões fechadas e abertas para conhecimento do perfil dos profissionais. Segundo GIL, (1999, p.121),

A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número. Por possibilitar o tratamento qualitativo dos dados, este tipo de entrevista, torna-se mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

Ou seja, “através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos. “Os dados subjetivos estão ligados aos valores, atitudes e opiniões do entrevistado, por sua vez os dados objetivos são obtidos” através de fontes secundárias tais como: censos, estatísticas, etc.” (BONI &QUARESMA, 2005, p. 71).

O problema estabelecido pelo presente trabalho consiste no seguinte questionamento: quais as condicionalidades do trabalho da Assistente Social na Assistência? Quais as dificuldades enfrentadas no Cotidiano Profissional pra que se efetive o SUAS? E as políticas públicas estão dando conta das demandas postas pelos usuários que procuram a Assistência? Existe o sigilo nos atendimentos aos usuários, no que se refere a um local apropriado aos atendimentos? São vários os questionamentos em relação aos atendimentos realizados na Assistência que perpassam o cotidiano profissional e que procurarei elucidar com esta pesquisa.

A assistência social era tratada no Brasil na lógica do favor, da caridade, da benesse e somente através da Constituição Federal de 1988 é reconhecida como direito social regulamentado através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei 8.742, 07 de Dezembro de 1993.

Para YAZBEK (1999, p. 53) a assistência social "constituiu-se assim, no conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta junto às classes subalternizadas, com o sentido aparentemente compensatório de sua exclusão". Neste sentido a assistência social oferece uma face menos perversa ao capitalismo, pois obedece a interesses contraditórios, sendo um espaço em que sobrepõe as relações entre as classes subalternas com o Estado. A assistência é o campo fértil e concreto para o acesso a bens e serviços.

Segundo IAMAMOTO (1997, p. 43), o processo de trabalho no Serviço Social é pautado no instrumental técnico-operativo e teórico-metodológico (conhecimento, valores, herança cultural, habilidades), a autora ainda ressalta que a base teórica metodológica é um dos "recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho" a fim de iluminar a leitura da realidade, direcionar melhor sua ação e moldá-la. Como afirma GUERRA (2005, p.3).

A hipótese é a de que as mudanças macro societárias produzem alterações nas demandas profissionais, nos espaços de intervenção, modificam as expressões das questões sociais, provocam uma redefinição/reconfiguração dos objetos de intervenção, atribuem novas funções à profissão e novos critérios para a aquisição de novas legitimidades. O que se está afirmando é que as alterações no “mundo do trabalho”, na esfera do Estado, nas políticas sociais estabelecem novas mediações que se expressam nas condições objetivas (materiais e espirituais) sobre as quais a intervenção se realiza e condicionam as respostas dos profissionais. Frente a estas transformações, a dimensão instrumental da profissão passa a necessitar de vínculos cada vez mais estreitos com um projeto ético-político em defesa dos direitos sociais e da democracia.

Diante desse quadro a assistência social vem “superando sua compreensão corrente como dever moral de ajuda, e vem sendo entendida como dever legal de garantia de benefícios e serviços assistenciais.” Apesar dos esforços para promover a política de assistência de social enquanto direito do cidadão, ainda percebe-se a discriminação dessa área enquanto política pública em relação às outras políticas sociais. (BOSCHETTI, 2000, p. 140)

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho refletem no trabalho do serviço social, como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. Desta forma o serviço social também sofre os reflexos internos e externos das mudanças ocorridas no mundo do trabalho com o advento do Capitalismo, segundo ANTUNES (1995) “a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise que a atingiu não só a sua materialidade, mas teve repercussões na sua subjetividade”, isso trouxe várias mudanças na vida dos indivíduos que vivem na sociedade capitalista excludente e antagônica dentre elas: enfraquecimento dos sindicatos; precarização do trabalho: contrato temporário, trabalho informal; flexibilização das leis trabalhistas; avanço tecnológico excludente: substituição do trabalho humano pela máquina; mecanização rural, dentre outras refrações da “questão social”. Para IAMAMOTO (2005, s.n.p.),

o Capital cria as condições históricas necessárias para a generalização de sua lógica de mercantilização universal, submetendo aos seus domínios e objetivos de acumulação o conjunto de relações sociais, a economia a política, a cultura.

O assistente social irá atuar nas várias refrações da “questão social”¹ seu principal objeto de trabalho, devendo compreender as novas faces do capitalismo e suas repercussões no cotidiano para assumir uma postura que venha ao encontro da defesa de direitos dos usuários atendidos. É necessário ter a capacidade de desvelar o real com embasamento teórico crítico que garanta sustentação a sua ação, formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais. Diante de tantos rebatimentos e transformações pertinentes que passam o fazer da profissão, mediante o vasto arcabouço teórico da Assistência Social, o texto se divide em três momentos e/ou capítulos: Capítulo I - Assistência Social e Filantropia: entre o direito e a ajuda; capítulo II - Serviço Social e os rebatimentos do Capitalismo na contemporaneidade; capítulo III - Assistência Social em Casimiro de Abreu.

O Capítulo I de forma concisa relata o processo histórico de formação da assistência social, dando ênfase a dois elementos que a ela sempre estiveram intimamente ligados e que acabavam por obstaculizar seu reconhecimento como direito e a conseqüente emancipação social do alvo de suas políticas. São eles: a visão da assistência como caridade, relegada a práticas filantrópicas e a relação histórica existente entre a assistência e o trabalho. Outro momento histórico de relevância e faz-se necessário articular com o Serviço Social, são os movimentos dos trabalhadores na luta pela garantia dos direitos, emancipação dessa classe excluída e subalternizada na sociedade capitalista. É necessário analisar a trajetória do direito à assistência no Brasil antes e pós 1988, quando a ela é atribuído o status de direito público em oposição ao caráter benemérito a que ela sempre esteve ligada, para isso, priorizou-se o tratamento dado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O Capítulo II apresenta uma análise perfunctória do Serviço Social, bem como algumas considerações da trajetória do Serviço Social brasileiro desde a emergência da profissão no Brasil, passando pela Reconceituação do Serviço Social Brasileiro até chegar à construção do Projeto Ético Político, Lei Orgânica

¹ IAMAMOTO e NETTO alertam que freqüentemente, a expressão encontra-se entre aspas, denotando certo cuidado na sua adoção que se explica não somente pela origem conservadora da expressão.

da Assistência Social (LOAS), com seus princípios e diretrizes, à assistência e o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) que agora é regulamentada pela Lei n.º 12.435/2011, pois recentemente foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff o Projeto de Lei da Câmara n.º 189/2010, conhecido como PL/SUAS uma grande conquista e avanço para a categoria profissional e/ou para a população brasileira. Durante esta trajetória adentra-se nas refrações da “questão social”, bem como na contra-reforma do Estado, neoliberalismo e o Governo de Luís Inácio Lula da Silva.

O Capítulo III apresenta uma breve apresentação do Serviço Social na Secretaria Municipal de Assistência Social no município de Casimiro de Abreu, particularmente no Centro Social de Palmital – núcleo de extensão da SMAS de Casimiro de Abreu, bem como o conhecimento de sua gênese, objetivos, projetos e/ou programas. Faz-se necessária a articulação com as correlações de forças intrínsecas na Instituição, de forma a pensar a efetivação do exercício profissional do Assistente Social, as demandas, como forma de organização do trabalho profissional e as velhas práticas de clientelismo na gestão do trabalho na Assistência Social. São várias as expressões e refrações da questão social que chegam e que estão presentes na Instituição. Sendo que, a população atendida na instituição, em geral o usuário, se encontra em situação de risco social e com um perfil sócio-econômico vulnerável (baixa renda).

CAPÍTULO I – ASSISTÊNCIA SOCIAL E A FILANTROPIA: ENTRE O DIREITO E A AJUDA

A proposta neste capítulo é mostrar como a política social e especialmente a política de assistência social está vinculada ao confronto entre Capital e trabalho e as respostas elaboradas pelo Estado para conter/administrar, acomodar esse conflito/confronto.

O propósito é analisar os componentes históricos que fazem parte da história da Assistência social para que no segundo capítulo possa adentrar na relação entre Serviço Social e política de assistência social e os impactos sofridos pelo Serviço Social no exercício profissional na contemporaneidade.

1.1- MOVIMENTO DO CAPITAL E AS RESPOSTAS DOS TRABALHADORES².

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporal idade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (MARX, 1867, p. 297).

O Modo de Produção Capitalista (MPC), desde a passagem do século XVIII ao XIX, se caracterizou pela exploração da força de trabalho, no qual o Capitalista controla todo o processo do trabalho, que permite ganhar o excedente. O trabalho é a única mercadoria capaz de produzir um mais valor (mais-valia). Portanto, na força de trabalho, que é a capacidade de trabalhar, a capacidade de produzir valor e que pertence ao trabalhador, se retira a mais-valia. Quando o trabalho é vendido, se torna força de trabalho que é uma mercadoria que produz valor. O homem, ao transformar a natureza, modifica também as suas potencialidades escondidas. Nesse processo, o produto pertence ao trabalhador e requer uma

² Para elaboração deste tópico utilizei como referência os textos de HUBERMAN (1981) e HOBBSBAWN (2000).

atividade conforme um fim (objetivo), um objeto de trabalho e um meio de trabalho, denominando os dois últimos como meios de produção. O objeto que irá ser utilizado para modificar a natureza é o próprio trabalho. O objeto de trabalho e o meio de produção, Marx chama de meios de produção. O meio de trabalho pode ser exemplificado como uma máquina e o objeto de trabalho podem ser exemplificados pela matéria-prima. O processo de trabalho vai ser a junção da força de trabalho com os meios de produção.

No tempo das manufaturas às primeiras formas de indústria ou fábrica até os anos do século XIX, as condições de trabalho eram péssimas, jornadas de trabalho de 16 a 18 horas por dia, trabalho infantil e feminino. Os trabalhadores, não tinham o direito de voto e muito menos os direitos sociais e trabalhistas. Alude-se um dos primeiros movimentos de trabalhadores na história moderna: o Luddismo foi um movimento de transição do trabalho manufatureiro para a grande indústria, e aconteceu num período, ao qual o trabalho assalariado estava se generalizando, suas organizações para a sociedade burguesa ainda eram clandestinas. Os trabalhadores pensavam que o motivo do desemprego e do pauperismo eram as máquinas, nesse período a quebra das máquinas foi à arma que eles possuíam para barganhar com os empregadores contra a diminuição dos salários, ameaça de desemprego. Outra forma e luta utilizada pela classe trabalhadora foi o Cartismo, pois juntava operários, artesãos e até pessoas da pequena burguesia. Os cartistas redigiram um documento chamado Carta do povo (daí o nome “cartismo”) e o enviaram ao parlamento inglês, cuja principal reivindicação do documento era o sufrágio universal masculino³.

O Capitalismo pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode intensificar sua utilização e torná-lo precário, porque a força de trabalho é a única mercadoria que gera mais valia. Portanto, isso evidencia que é um equívoco pensar na desapropriação ou no fim do trabalho, enquanto perdurar a sociedade capitalista de mercadorias. É de suma importância evidenciar o quanto estas

³ O direito de voto para todos os homens. O Cartismo organizou gigantescos comícios em Londres, mas o parlamento permaneceu insensível. Somente em 1867, os operários especializados e a pequena burguesia conquistariam o direito de voto. Apesar de tudo, o Cartismo foi importante para que o proletariado inglês adquirisse consciência política.

estratégias de organização, luta e resistência as classes trabalhadoras são fundamentais para alcançar todos os seus direitos. Porém, cabe ressaltar que apenas isso não é o bastante para solucionar a “questão social” nos países capitalistas, para tal, se faz necessário a construção de outra sociedade, que possa de fato garantir a emancipação humana de todos os indivíduos e desta forma, superar todas as formas de desigualdades sociais. Tarefa esta, que é fundamentalmente da classe trabalhadora, nas quais as práticas profissionais, como forma de expressão da práxis tem papel importante.

Com a reforma do Estado, cujo objetivo é o pronto atendimento às demandas mais prementes do grande capital em detrimento da crescente pauperização dos trabalhadores brasileiros, mas que na verdade, trata-se da utilização da concepção desta categoria numa perspectiva liberal. Com isso por um lado se têm a igualdade formal dos indivíduos, por outro lado à desigualdade econômica que se expressa na condição de cidadania de forma subjetiva, ou seja, o discurso da igualdade em face à realização da desigualdade social fazem parte do discurso ideológico e contraditório que impulsiona a dinâmica da economia de mercado no capitalismo, em suma, a cidadania está na contramão da verdadeira realidade do capital.

Portanto, diante desse quadro é necessário rever a configuração da cidadania, pois a mesma possui no cenário brasileiro a dimensão de mera figura de ilusão, em face ao Estado brasileiro de limitação da proteção social. A conformação da cidadania não poderia ser outra, já que o Estado não atende minimamente as reivindicações da classe trabalhadora. Assim, fica claro a existência de “meias-cidadanias”, ou seja, não há uma cidadania em si, no que tange à efetividade dos direitos, há sim uma ausência absoluta de cidadania ou anticidadania. Na sociedade brasileira, a cidadania é caracterizada por uma (des) proteção social e não pela implementação de políticas sociais plenas, mesmo com a existência constitucional de um sistema de seguridade social.

1.2- ESTADO, FILANTROPIA E POLITICA SOCIAL NO BRASIL.

O sistema Capitalista modifica o caráter da pobreza, o Estado (controle social), a Filantropia (ajuda aos necessitados), e a política social (direitos sociais), andam juntos na luta contra as desigualdades sociais e refrações da “questão social” que permeiam a esse modo de produção e suas contradições. Vale fazer algumas considerações acerca dos ditames do sistema capitalista e da grande massa de excluídos ao longo da história.

O surgimento do modo de produção Capitalista é marcado pela exploração do trabalho, miséria, desigualdade social, acirrando ainda mais a precariedade e situação de vida população pobre. Segundo SPOSATI *et al.* (1987, p.40),

a solidariedade social diante dos pobres, dos viajantes, dos doentes, dos incapazes, dos mais frágeis, se inscreve sobre diversas formas nas normas morais de diferentes sociedades. Ao longo do tempo grupos filantrópicos e religiosos foram conformando práticas de ajuda e apoio.

“Com a civilização judaico-cristã, a ajuda sempre toma a expressão de caridade e benemerência ao próximo, como força moral de conduta.” Vários grupos filantrópicos e religiosos começaram a se organizar no intuito de conformar as práticas de ajuda e apoio aos necessitados e aflitos, dando origem às primeiras instituições de caridade. (SPOSATI *et al.*, 1987, p. 40).

As damas da sociedade eram almas caridosas e benevolentes com seus atos de solidariedade, substituíram o direito à assistência, pois os ingleses para lidar com a pobreza criaram o “*Poor Law*” e esta lei marcou o predomínio, no Capitalismo, do primado liberal do trabalho como fonte única e exclusiva de renda e relegou a já limitada assistência aos pobres ao domínio da filantropia (BOSCHETTI, 2003, p. 56). Devido a essa lei, segundo COUTO (2006, p.63),

os pobres abdicaram de seus direitos civis e políticos em troca de sua manutenção pela coletividade. Por meio de uma taxa, paga pelos cidadãos, e com a preocupação de que os pobres representavam um problema para a ordem pública e de higiene para a coletividade, o tratamento deveria ser feito pelas paróquias, que tinham a tarefa de controlá-los. Evitavam, assim, que as

populações empobrecidas prejudicassem o funcionamento da sociedade e, ao atendê-las dessa forma, não criavam situações indesejáveis para a expansão do Capitalismo e para o necessário sentimento de competição que deveria pautar a integração dos homens na vida social.

Como afirma SPOSATI (1987, p. 42), a pobreza era tratada como doença,

os pobres eram considerados como grupos especiais, parias da sociedade, frágeis ou doentes. A assistência se mesclava com as necessidades de saúde, caracterizando o que se poderia chamar de binômio de ajuda médico-social. Isto irá se refletir na própria constituição dos organismos prestadores de serviços assistenciais, que manifestarão as duas faces: a assistência à saúde e a assistência social. O resgate da história dos órgãos estatais de promoção, bem-estar, assistência social, traz, via de regra, esta trajetória inicial unificada.

Desvelando a caridade e a beneficência ao público alvo da assistência social, ou seja, o indivíduo na condição de cidadão, de indivíduo capaz, sujeito de direitos, é transformando em incapaz, tornando-se necessitado da benevolência dos mais remediados da sociedade. Para a Assistência filantrópica a pobreza era considerada um atributo individual daqueles que não se esforçava para superá-la e que, portanto, eram tidos como responsáveis pela situação de miséria em que se encontravam. A principal referência de acolhimento aos pobres foram os hospitais das Santas Casas de Misericórdia.

Historicamente, o movimento do capital agravou de tal forma as desigualdades, concentrando a propriedade, a renda e o consumo nas mãos de poucos, o próprio sistema que somado às crises cíclicas, foi sacudido por graves crises sendo necessário intervenções do Estado, que é fruto das contradições inerentes de uma sociedade que produz incessantes riscos para a vida das pessoas e por outros, o esgotamento da força de trabalho.

As condições de trabalho precário de grande parcela da população operária sem qualquer garantia empregatícia ou contrato coletivo de trabalho, fez com que a mesma se organizasse em prol da sua defesa. Defesa que se centrará na luta contra o trabalho excessivo e mutilado. Sua organização representa, também, a única via possível de uma participação ativa na sociedade. Esses agrupamentos deram origem aos Sindicatos e às Sociedades de Resistência. No

desenvolver das lutas operárias surgirão formas superiores como Congressos Operários, Confederações Operárias. No Brasil, as décadas de 20 e 30 serão marcadas pela ocorrência intermitente de greves e manifestações de inconformismos operários, as quais tomarão grande amplitude nas conjunturas pré e pós-primeira Guerra Mundial. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2007 p.243)

As lutas trabalhistas engendradas ao surgimento do Estado intervencionista já no século XX trouxeram a possibilidade de uma maior regulamentação dos direitos dos trabalhadores, dentre eles a redução do horário de trabalho, a garantia de férias, de repouso semanal remunerado, dentre outros. O sindicalismo e seu aparecimento expressivo juntamente com o movimento dos trabalhadores organizados foi o estopim para a mudança nas relações de trabalho na área econômica (salário, condições de trabalho), política (luta por poder, o controle estatal e, sobretudo pelo caráter coletivo) e jurídica (com reconhecimento na Constituição, nas leis, nos acordos e tratado internacionais, tendo força de lei os acordos, convenções ou contratos coletivos celebrados). Segundo SPOSATI (1988, p.11)

as Políticas sociais brasileiras, e, nelas as de assistência social, embora aparentem a finalidade de contenção da acumulação da miséria e sua minimização através da ação de um Estado regulador das diferenças sociais, de fato não dão conta deste efeito. Constituídas na tela dos interesses que marcam as relações de classe, as Políticas Sociais brasileiras têm conformado a prática gestonária do Estado, nas condições de reprodução da força de trabalho, como favorecedoras, ao mesmo tempo, da acumulação de riqueza e da acumulação da miséria social .

Segundo BOSCHETTI & BHERING, (2008, p.37).

São exemplos de análises unilaterais no campo da política social aqueles que situam a emergência de políticas sociais como iniciativas exclusivas do Estado para responder a demandas da sociedade e garantir hegemonia ou, em outro extremo, explicam sua existência exclusivamente como decorrência da luta e pressão da classe trabalhadora.

As autoras evidenciam a existência de duas análises restritas sobre o Estado e as Políticas Sociais. A primeira análise restrita fala que o Estado está

acima das classes e a favor da existência de um denominador comum nos diferentes modelos de proteção social, o Estado tenta reduzir as desigualdades causadas pela ausência de oportunidades efetuadas pelo mercado. A segunda análise restrita coloca as políticas sociais aparecem somente como mecanismo para legitimar a ordem capitalista não percebe a luta trabalhista. Percebe-se que o objetivo dessas visões restritas evidencia as políticas sociais na sociedade capitalista, pois o Estado está ali para manter a ordem burguesa, o modo de produção capitalista e manter a propriedade privada.

BOSCHETTI & BHERING (2008) ratificam dados sobre a desigualdade na sociedade capitalista. As políticas sociais apareceram quando as classes trabalhadoras se organizaram para exigir os seus direitos, o papel principal da Política Social neste período era amenizar conflitos, isso é manter o capitalismo. Ao longo da história fica explicitado que foi através de lutas e pressão sobre o Estado que direitos foram garantidos. O Debate em torno da ampliação dos direitos e das políticas sociais é fundamental, porque engendra a disputa pelo fundo público e envolve necessidades básicas de milhões de brasileiros, no que diz respeito às suas condições de vida e trabalho, traz para o debate uma discussão coletiva e a socialização da política, na formação e organização dos sujeitos políticos. SPOSATI (1987, p.27) evidencia,

o Brasil, como um país ao mesmo tempo subdesenvolvido e industrializado, guarda como característica fundamental a convivência de um capitalismo moderno marcado pela extrema concentração de renda, ao lado de um capitalismo predatório que produz e reproduz de forma selvagem e impune profundas desigualdades sociais.

Essa situação ressalta que a política social calcada no modelo assistencial, com a utilização de regime autoritário é excludente, pois o “Estado burguês permanece pautado na “distributividade” das soluções nos limites dos interesses do Capital”. (SPOSATI, 1987, p.31)

Após a crise de 1929-1932, surge o Keynesianismo⁴ que é considerado os “anos de ouro”, pois o Estado tornou-se “produtor e regulador, o que não

⁴ “John Maynard Keynes (1883-1947)[...] defendeu a intervenção estatal com vistas a reativar a produção. Ele se referiu a uma maior intervenção do Estado na economia, em sintonia apenas do ponto de vista dos fundamentos econômicos, com as saídas pragmáticas do período [...] Keynes

significava o abandono do Capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção”. (BOSCHETTI & BHERING, 2008, p. 84)

Concomitantemente com efeitos da crise e da segunda Guerra Mundial surge o *Welfare State*⁵, inspirado no plano de *Beveridge*⁶, cujo reconhecimento do papel do Estado na busca do bem-estar dos indivíduos, baseando-se nos direitos sociais dos mesmos. Sua implementação nos diversos países, obedeceu às especificidades históricas dos mesmos, resultando em características diversas. O objetivo do *Welfare State* é manter o processo global de acumulação de riqueza capitalista e fazer frente às crises econômicas e ameaças sociais. A implantação das políticas sociais foi engendrada para a manutenção do *status quo*, ou seja, para manter a ordem social sem mudanças. É uma resposta para as contradições entre capital e trabalho. Uma forma de responder as necessidades dos trabalhadores, sem alteração da base hegemônica do Capitalismo, que é a exploração da força de trabalho, através da mais-valia, obtendo com isso a amenização dos conflitos. No Brasil não existe o Estado de Bem-Estar Social, mas uma ideologia de Estado por trás das Políticas Sociais, marcada pela idéia de favor, de colaboração, de bondade aparente.

Outro marco nesse período foi à criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, essa Instituição tinha abrangência Nacional de Assistência Social, para atender as famílias dos convocados (para a Guerra) e sua presidência era composta pelas primeiras-damas da Republica. Logo após II Guerra Mundial, a LBA se reformula e sua principal atividade está vinculada no atendimento e defesa da maternidade e da infância. Vinculou-se a instituições sociais no âmbito da filantropia e da benemerência, com ações paternalistas,

preocupava-se com saídas democráticas da crise, no que se afastava vigorosamente deste ultimo projeto. Ele propugnava a mudança da relação do Estado com o sistema produtivo e rompia parcialmente com os princípios do liberalismo.” (BOSCHETTI & BHERING, 2008, p.83-84)

⁵ Nos países centrais ou de capitalismo avançado empregou-se o “Welfare State” ou Estado de Bem-Estar Social, onde o Estado garante aos cidadãos a oportunidade de acesso gratuito a certos serviços e a prestação de benefícios mínimos para todos. O *Welfare State* foi um sistema de seguridade social que garante serviços e benefícios do Estado ao cidadão, desde seu nascimento até a sua morte a partir de contribuição específica em lei. Esse sistema é uma garantia dos direitos de retribuição dos contribuintes. Só que essa contribuição apresenta problemas agravantes, pois não é eqüitativa nem universal.

⁶ O Plano Beveridge, adotado na Inglaterra em 1942, e reformado em 1946, tinha como objetivo constituir um sistema de seguro social que garantisse ao indivíduo proteção diante de certas contingências sociais, tais como a indigência ou incapacidade laborativa. Esse plano objetivava unificar os seguros sociais existentes e estabelecer a universalidade de proteção social para todos os cidadãos, a partir de uma forma tríplice de custeio.

paliativas e prestações de auxílios aos pobres. Nos anos de 1966 e 1979 a LBA sofre novas reformulações, o primeiro “adequar as instituições às transformações nos mecanismos básicos de política social em decorrência da unificação dos Institutos de aposentadoria e pensões”, o segundo diz respeito a “criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social” (SPOSATI, 2006, p.63). A autora salienta,

Essas medidas de caráter modernizante não foram suficientes para dirimir o perfil institucional e a cultura consolidados ao longo desses anos. Até porque o caráter, dito retrógrado e ultrapassado, do assistencialismo tem-se mostrado necessário à manutenção das práticas políticas de relação do governo com populações despossuídas. (SPOSATI, 2006, p.65)

O quadro a seguir caracteriza alguns momentos importantes da história da filantropia e do Estado democrático, bem como alguns direitos conquistados no período de 1899 a 1999.

Tipologia das organizações sociais por períodos históricos até 1999		
	Tipos de organização	Tipos de regulação
Período Imperial até 1889 – filantropia caritativa –assistência e repressão	Obras Pias – atendimento conjunto (uma só massa) a órfãos, inválidos, enfermos, delinquentes e alienados	Religiosa: testamentos, subscrições e auxílios provinciais (pela Junta da Fazenda Nacional ou Câmara Municipal do Império)
Primeira Republica de 1889 até 1930 – filantropia higiênica: assistência, prevenção e segregação	<p>Obras sociais: atendimento por especialidades para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crianças- asilos, orfanatos e internatos Velhos e inválidos – asilos • Alienados – hospícios • Mendigos – asilos de mendicidade • Doentes – sanatórios, dispensários, lazaretos • Imigrantes – instituições de auxílio mútuo 	<p>Médico-religiosa</p> <p>Auxílios provinciais (pela Junta da Fazenda Nacional ou Câmara Municipal do Império)</p> <p>Jurídica – 1º. Juízo de Menores no rio de Janeiro (1923)</p> <p>Código de Menores (Mello Matos) 1927</p>

<p>Getulismo – 1930 a 1945</p> <p>Filantropia disciplinadora: enquadramento nas normas técnicas e disciplinamento dos indivíduos.</p>	<p>Instituições assistenciais (influência das encíclicas sociais)</p> <p>Materno-infantil: hospitais, ambulatórios, postos de saúde.</p> <p>Proteção à infância: orfanatos, creches, internatos.</p> <p>De educação: educandários, de assistência pré-primária, primária, profissionalizante, educação de anormais, educação e reeducação de adultos.</p> <p>Proteção a jovens: organizações da juventude, escolas profissionais.</p> <p>De auxílios mútuos: instituições étnicas e de categorias profissionais</p> <p>Estatais: Departamentos de Assistência Social de São Paulo – 1935</p> <p>SAM- Serviço de Assistência ao Menor - 1941</p> <p>Formação: Centro de Estudos e Ação Social - escolas de Serviço Social</p> <p>Movimento Católico laico: Ação Católica, círculos operários.</p> <p>Sindicatos</p> <p>Centros Assistenciais Complementares</p> <p>Instituições fomentadas pelo Estado – LBA (1942); SENAI (1942); SAMDU (1945)</p> <p>Instituições religiosas - protestantes, espíritas e evangélicas: Albergues, centros de juventude, abrigos, instituições para deficientes físicos e mentais</p>	<p>Estatal – Constituição Federal de 1934</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presidente da República: - contribuições à caridade oriundas de taxas alfandegárias a bebidas alcoólicas e embarcações • Ministério da Justiça e Negócios Interiores Caixa de Subvenções (31/08/31) – Certificado de Utilidade Pública – (28/08/35) • Ministério da Educação - Criação do CNSS (01/07/38) – Subvenção Federal (regulamentação – 25/11/35-01/07/38) <p>Estatal</p> <p>Constituição de 1937: reitera o CNSS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Amplia regulamentação de subvenções • Isenção na aplicação de tetos mínimos de salário dos funcionários (1945/46) e de imposto de renda (1943)
<p>Estado Democrático Populista de 1946 a 1964</p>	<p>Instituições criadas pelo Estado com o empresariado: SENAC (1946) SESC (1946) SESI (1946)</p> <p>Movimentos Comunitários</p>	<p>Estatal</p> <p>Complexificação da burocracia</p> <p>Registro Geral de Instituições (1951)</p> <p>Isenção da contribuição da cota</p>

		patronal previdenciária (1959) Certificado de filantropia (1959)
Estado Autoritário de 1964 a 1988	Organizações sociais – influência do racionalismo técnico – vertente modernizadora do serviço social frente à reconceitualização (1964) - FUNABEM e FEBEM - 1964 - Associações comunitárias - Sociedades Amigos de Bairro - Associações de Moradores - Renovação Pastoral - Comunidades Eclesiais de Base - CEBs	Estatal Assistência por convênios Isenção de impostos sobre importações (1965)
Transição Democrática – filantropia vigiada – 1985 -88	- Organizações não-governamentais - Movimentos de defesa de direitos - Novos movimentos sociais	
Estado Democrático 1988- 1999 Filantropia democratizada	Expansão de: Conselhos setoriais Organizações não-governamentais Organizações civis Centros de defesa de direitos Fundações empresariais	Estatal Constituição Federal de 1988 ECA- 1990 LOAS – 1993 Extinção da LBA/CBIA Extinção do CNSS Criação do CNAS Lei do Voluntariado – 1998 Lei da filantropia – 1998 Lei das organizações da Sociedade Civil de interesse Público e Termo de Parceria - 1999

FONTE: (MESTRINER, 2008 – *in* O Estado entre a filantropia e a assistência social. p. 45-6)

Enfim, o molde como as políticas sociais aparecem nos discursos da interação simbólica ou da ideologia dominante bem como a ampliação da presença do Estado na vida cotidiana, busca novas formas de relação com as massas para conduzir ao mesmo caminho: o processo capitalista no seu conjunto.

1.3 – DIREITOS SOCIAIS NAS CONSTITUIÇÕES REPUBLICANAS

Para entender a particularidade da formação do direito social no Brasil com o intuito de apreender as características da assistência social, faz-se necessário esmiuçar algumas particularidades do processo histórico, ao qual ao longo dos anos através da organização jurídica da legislação brasileira seguiu a orientação das constituições republicadas e suas especificidades no que tange o seu quadro histórico, que são as seguintes: 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988, vale ressaltar uma síntese e ênfase aos direitos sociais, sobretudo da assistência social nessas Constituições.

Alude-se à Constituição de 1891 nos artigos 70, 71 e 72, traz como princípios básicos algumas características da formulação de alguns direitos civis, políticos e sociais. Civis: todos são iguais perante a lei; direito ao credo diferenciado; direito de propriedade; inviolabilidade do lar; liberdade de imprensa; habeas-corpus; direito à defesa; sigilo de correspondência; Políticos: votar e ser eleito, para maiores de 21 anos, com exceção dos mendigos, analfabetos, os praças e os religiosos; direito de associação em qualquer instituição; e sociais livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial.

No que tange a temática é necessário fazer um resgate histórico e reflexivo sobre a “questão social” e o acirramento dos moldes capitalistas na política no Brasil, pois segundo afirma BEHRING & BOSCHETTI⁷ (2008, p. 105), o Movimento de 1930, que atingiu o ponto mais alto com a assunção de Getúlio Vargas ao governo, embora não tenha sido a Revolução Burguesa no Brasil, foi sem dúvida “um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no Brasil”.

A Era Vargas foi considerada um marco no processo de regulamentação das relações de trabalho no país, pois tinha como objetivo principal transformar as lutas de classes em colaboração de classes, prevenindo a ocorrência de conflitos

⁷ Para BEHRING & BOSCHETTI, (2008, p. 91-104), a crise de 1929/1932 foi o marco de mudanças substantivas no desenvolvimento das políticas sociais, pois consolidou a convicção sobre a necessidade de que o Estado estivesse como regulador para seu enfrentamento. Neste período houve a ampliação de instituições e práticas estatais intervencionistas. No Brasil, a principal repercussão da crise foi uma mudança da correlação de forças nas classes dominantes, além da precipitação do que se ocasionou chamar de Revolução de 30, este acontecimento trouxe consequências significativas para os trabalhadores.

sociais, porém utilizou o autoritarismo como estratégia de restrição dos indivíduos que por sua vez lutavam por seus direitos.

Nesse período algumas iniciativas foram tomadas em relação ao acirramento da “questão social” no Brasil dentre elas a Consolidações das Leis do Trabalho (CLT); na Previdência foram criados os IAP’s (Institutos de Aposentadorias e Pensões), no qual se expandiu o sistema público de previdência, iniciado com as CAP’s⁸ (Caixas de Aposentadoria e Pensões); e a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, bem como o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo do Ensino Comercial. Até então, não existia uma política nacional de saúde. A intervenção efetiva do Estado se fará por dois eixos: a saúde pública (restrita as campanhas sanitárias) e a medicina previdenciária (ligada aos IAP’s, para as categorias que tinham acesso a eles). (BEHRING & BOSCHETTI, 2008, p.107). Este período, segundo MESTRINER (2006) se caracterizou pela filantropia disciplinadora que respondia à exigência de se preparar, amparar e educar o trabalhador para ser produtivo adaptando-se ao novo mercado de trabalho. Concomitantemente à ação estatal, desenvolve-se a saúde privada e filantrópica, no que se refere ao atendimento médico-hospitalar (BRAVO *apud* BEHRING & BOSCHETTI, 2008, p. 107).

Segundo SPOSATI (2007, p.12) “no pensamento idealizado liberal permanecia a ideia moral pela qual atribuir benefícios ao trabalhador formal era um modo de disciplinar e incentivar a trabalhar, o trabalhador informal, tido por vadio”. Caracterizando que os benefícios sociais (saúde, previdência, etc.) eram recebidos somente pelos trabalhadores urbanos⁹, para que os mesmos não caíssem no ócio, desprivilegiando os trabalhadores rurais e os desempregados,

⁸ A primeira CAP foi criada em 1923, por meio da Lei Eloy Chaves, e dirigia-se aos ferroviários. As CAP’s asseguravam como benefícios o direito à aposentadoria (velhice ou invalidez), a obtenção de socorro médico (para si e para sua família), o recebimento de pensão ou pecúlio pelos familiares, e a compra de medicamentos a preços reduzidos, sendo mantidas pela contribuição compulsória dos empregados e empregadores, sem a participação do Estado (COUTO, 2006, p. 96).

⁹ Conforme salienta COUTO (2006, p. 96), “esse corte de inclusão deu-se numa realidade onde a maioria dos trabalhadores estava vinculada ao trabalho rural e, portanto, desprotegida. As medidas regulatórias criaram um clima favorável ao deslocamento da base produtiva, incentivando a vinda dos trabalhadores rurais para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida”.

lhes restava apenas à caridade das Instituições filantrópicas como forma de suprir suas necessidades.

Para COUTO (2006) a Constituição de 1934 tem marco no ideário liberal buscando uma igualdade perante a lei, porém ampla parcela da população não tem os seus direitos civis e políticos garantidos, analfabetos e mendigos continuavam sem o direito ao voto como na Constituição anterior.

Segundo a Constituição de 1934,

Art. 113 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

34) A todos cabe o direito de prover à própria subsistência e à de sua família, mediante trabalho honesto. O Poder Público deve amparar, na forma da lei, os que estejam em indigência”;

Art. 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar “(...)”;

Diferentemente da Constituição de 1934, a de 1937 vigorou quando Vargas implantou o período ditatorial e com recorte autoritário também conhecido Estado Novo, neste período foi criado um projeto social com sua ação voltada para a arena dos direitos sociais, entendidos como necessários ao processo de industrialização em curso no País. Essa Constituição foi inspirada nos moldes da Polônia, e tinha um caráter fascista, e ficou conhecida como Polaca, pois não tinha a participação do Poder Legislativo, uma vez que o Congresso Nacional e as assembléias dos estados se encontravam fechadas por ato do Poder Executivo no que se refere à Assistência, segundo a Constituição de 1937,

Art. 127 – (...) Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole”;

Art. 136 - O trabalho é um dever social. O trabalho intelectual, técnico e manual tem direito a proteção e solicitude especiais do Estado. A todos é garantido o direito de subsistir mediante o seu trabalho honesto e este, como meio de subsistência do indivíduo, constitui um bem que é dever do Estado proteger, assegurando-lhe condições favoráveis e meios de defesa.

Essa constituição trouxe avanços no que tange: o salário mínimo foi regulamentado, foi criada Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); amparo à infância e juventude ensino primário obrigatório e gratuito; e alguns retrocessos: os analfabetos e mendigos continuavam impedidos de votar, os trabalhadores foram impedidos de se manifestar através de greves, esse período foi marcado pelo autoritarismo e paternalismo, houve manifestações exigindo a volta da “Democracia” (Movimento denominado Queremismo) e em 29 de Outubro de 1945 o governo foi deposto por Militares.

Por sua vez a Constituição de 1946 trouxe algumas novidades, referente a ter abolido os instrumentos que cerceavam as liberdades dos cidadãos, principalmente no campo dos direitos sociais, a liberdade de associação sindical e inclusive o direito de greve. Nesse período houve muita polêmica e faziam referência ao uso da propriedade privada, devido ao projeto de reforma agrária que começou a ser discutido; o direito ao voto continuava proibido para analfabetos, estrangeiros¹⁰ (quem não sabia e exprimir na língua nacional) e o termo “mendigo” foi retirado da Constituição, mas essa categoria continuava contemplada também na dos analfabetos.

Segundo a Constituição de 1946 em seus artigos que explicitam os direitos dos cidadãos na legislação do trabalho e seguridade social;

Art. 145 - A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.

Parágrafo único - A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social;

Art. 157 - A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão nos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria da condição dos trabalhadores:

XV - assistência aos desempregados.

No Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), na década de 50 com o slogan “50 anos em 5”, o Brasil passou por um período de desenvolvimento, pois nesse período se instala a indústria pesada, principalmente a automobilística, ao mesmo tempo em que a indústria de base ganhava novo impulso com a

¹⁰ Segundo COUTO (2006, p.107) “Com suas ideias anarquistas [...], influenciaram a formação sindical brasileira e difundiram os ideais de luta pelas condições dignas de Trabalho no Brasil”.

instalação de novas indústrias, siderúrgicas e o desenvolvimento acelerado da construção naval, propiciando plenamente a montagem de um modelo de organização sindical corporativa no Brasil, mobilizando trabalhadores, preparando lideranças criando seguidores. Através da montagem do Partido Trabalhista Brasileiro, começa a articular politicamente a população dos trabalhadores brasileiros. JK em sua administração paralela numa combinação adequada foi à melhor resposta entre a percepção dos problemas e as escolhas efetivamente feitas, dados os recursos e os meios disponíveis e a relação de forças políticas atuantes que exigia um estilo conciliatório. Em termos concretos a administração paralela se constituía em órgãos já existentes, tais como: a CACEX (ligada ao Banco do Brasil), o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e a SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), mais os novos órgãos, executivos ou de assessoria, os Grupos Executivos, os Grupos de Trabalho, CPA (Conselho de Política Aduaneira) e Comissão de Desenvolvimento do Nordeste, depois transformada na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Após o Governo de JK ainda passaram pela presidência da República Jânio Quadros (1961) com discurso paternal, sempre pedia o “voto de confiança”, levantou a bandeira da estabilização da democracia, justiça social, promessas de “medidas a serem tomadas no âmbito da política social deveriam estar agregadas à moralização do setor público”. Por sua vez o Governo de João Goulart (1961-1964), mais conhecido como Jango, pautado no discurso de seus antecessores, “colocava na educação (priorizada como alicerce da política social), na saúde e no bem-estar social a base para o desenvolvimento econômico, que por sua vez traria a “paz social” (MESTRINER, 2008, p.139).

O golpe Militar de 1964 foi o prelúdio para transformar o Brasil em uma grande potência internacional e acabar com de vez com o comunismo, porém a Ditadura Militar instala no país um período autoritário, que segundo MESTRINER (2008, p.152-153) tenta colocar,

o fim ao movimento de esquerda e aos partidos políticos, mandatos legislativos federais, estaduais, municipais, suspende direitos políticos sem qualquer exame judicial, castiga cruelmente intelectuais, políticos e trabalhadores em geral, proibindo qualquer

mobilização por parte da sociedade, por mais controlada que fosse.

Ou seja, a Constituição de 1967 foi promulgada em meio a um período conturbado, no qual os direitos só seriam exercidos por aqueles que se submetessem às regras instituídas por esta Ditadura. Nesse período houve manifestações de rua com boa parte da sociedade civil, para denunciar as atrocidades impostas pela Ditadura Militar e para demonstrar a insatisfação com o modelo coercitivo ao qual estavam sendo obrigados a suportar. Outro momento importante e que precisa ser mencionado, são os Atos Institucionais, AI-1, AI-2, AI-3, AI-4, AI-5, AI-6, AI-7, AI-8, AI-9, AI-10, AI-11, AI-11, AI-12, AI-13, AI-14, AI-15, AI-16 e AI-17, esses atos foram utilizados para legitimar o poder dos militares, pois a constituição de 1946 tornaria o regime militar inexecutável, daí a necessidade de substituí-la por esses decretos. Dentre os presidentes da República desse período destacam-se: General Humberto de Alencar Castelo Branco (1964) indicado pelas Forças Armadas; General Arthur Costa e Silva (1967 a outubro de 1969), por eleição indireta decreta o Ato Institucional AI-5¹¹, que instaurou no país o regime ditatorial por 11 anos e com esse ato a Constituição de 1967 ficou obsoleta. Segundo a Constituição de 1967,

Art. 167 - A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Poderes Públicos (...).

§ 4º - A lei instituirá a assistência à maternidade, à infância e à adolescência.

A Constituição de 1969 foi editada logo após o Ato Institucional AI-5 para dar continuidade ao mesmo. Neste período Costa e Silva foi substituído pelo General Emílio Garrastazu Médice (1969-1974). Excepcionalmente esta constituição não foca a Assistência Social em seus artigos e incisos, mas permanece o campo dos direitos sociais trabalhistas individuais, porém o voto continuou proibido para analfabetos, bem como para os estrangeiros que não sabiam se expressar na língua nacional, outro fato marcante foram medidas

¹¹ “Por meio dele, o Congresso foi fechado, o executivo foi autorizado a legislar em todas as matérias previstas na Constituição, foram suspensas todas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. Permitiu-se ao presidente demitir, remover, aposentar ou transferir juizes, empregados de autarquias e militares” (FIORI *apud* COUTO, 2006, p.125)

tomadas no Governo Médici que feriam os direitos já conquistados legalmente, foi estabelecida a pena de morte, quem transgredia a lei era banido do país, confisco de bens, prisão perpétua e ampliação da faculdade atribuída ao executivo para legislar decretos-leis. Enfim, através de eleição indireta entra no poder o General Ernesto Geisel (1974-1979) e posteriormente General João Batista Figueiredo (1979-1985) (COUTO, 2006).

As Constituições apresentam no campo dos direitos, os elementos de uma herança histórica como: dependência política, processo de trabalho escravocrata e relações de poder, centralizadas nos grandes proprietários. Na área social, houve avanço, pois o mesmo reconheceu as desigualdades sociais brasileiras.

No Brasil, na década de 80, por exemplo, a assistência é contributiva, através dos seguros sociais, a partir desse período, se rompe com a lógica contributiva, incrustando outro modelo: o da seguridade social, com seu tripé: saúde (direito de todos e dever do Estado), previdência (devido mediante contribuição) e assistência social (prestada a quem dela necessitar). Assim, os pobres são assistidos pelo sistema público precário e deficiente, enquanto que os ricos utilizam os melhores e mais bem equipados sistemas de saúde. Não existe, pois, um sistema de bem-estar com acesso gratuito, igual e aberto a todos os cidadãos, mas sim um sistema sucateado e precário (Couto, 2006).

Os direitos civis, políticos e sociais se constituíram de forma peculiar na realidade histórica brasileira. O processo constituinte foi um processo democrático, ao qual a população teve participação efetiva. Contou “com vinte e quatro subcomissões temáticas que recolheram sugestões, realizaram audiências públicas e formularam estudos parciais” que foram fundamentais na consolidação dos direitos civis, políticos e sociais. Vale ressaltar também a participação dos movimentos populares no processo constituinte fazendo frente às pressões populares em detrimento da bancada conservadora. (COUTO, 2006, p. 154).

Segundo COUTO (2006) entre os anos 1985 e 1990 o Brasil tinha como presidente José Sarney, a característica desse governo era o recorte assistencialista, houve a transição para as eleições diretas para presidente da república. Esse período caracterizou-se por dois atos: Plano Cruzado e o Processo constituinte. No mesmo período o Brasil firmou acordo com o Banco

Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) de acordo com as orientações do Consenso de Washington.

Segundo a Constituição de 1988, em seus artigos e incisos, é notório observar quais são os direitos de cada cidadão, referente à Assistência Social que são:

Art. 203 - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular o programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada à aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) .

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

No período em que a Constituição Federal de 1988 foi promulgada, o Brasil passava por um período de grandes transformações e mudanças. No cenário

político estavam em evidência dois projetos para a sociedade: o da Constituinte e o Neoliberal. Segundo COUTO, (2006, p.159).

Assim, é possível afirmar que a política de seguridade social proposta tem como concepção um sistema de proteção integral do cidadão, protegendo-o quando o exercício de sua vida laboral, na falta dela, na velhice e nos diferentes imprevistos que a vida lhe apresentar, tendo para as coberturas ações contributivas para com a política previdenciária e ações não contributivas para com a política de saúde e de assistência social.

Segundo DRAIBE *apud* COUTO, 1993; NOGUEIRA, 1998; FAGNANI, 1999; (2006 p.141), em 1988 com as conquistas democráticas dos direitos civis, políticos e sociais que estavam asseguradas na Constituição foram duramente rebatidos logo no ano seguinte,

por um lado, houve uma expectativa para com o atendimento dos avanços constitucionais, que ampliavam os direitos sociais e o papel interventor do estado; por outro lado, a adoção, na formulação da política econômica nacional, das orientações do consenso de Washington indicando a diminuição dos gastos nas políticas sociais e na retirada do estado do campo social.

Baseado nos princípios do *Welfare State*, de recorte social-democrata, a Constituição Federal de 1988 já foi implementada com um atraso de 40 anos em relação aos países de economia avançada e sua inscrição se dá num contexto onde há outra configuração do Capitalismo internacional, regido pelas ideias neoliberais, que tem como prioridade a destruição dos projetos do *Welfare State*. Segundo COUTO, (2006, p.161),

Pela primeira vez um texto constitucional é afirmativo no sentido de apontar a responsabilidade do estado na cobertura das necessidades sociais da população e, na sua enunciação, reafirma que essa população tem acesso a esses direitos na condição de cidadão.

Até 1988 a assistência social não era prevista como um direito, suas ações eram realizadas de forma “assistencialista e seletiva”, direcionadas principalmente aos indigentes, desvalidos, filhos de “pais miseráveis”, aos inaptos ao trabalho e aos aptos para o trabalho visava à reinserção no mercado de trabalho formal.

Apesar dos avanços desde 1988, num panorama mais amplo, as legislações não cumpriram as promessas de melhorias das condições e qualidade de vida feita à população.

No período de 1990 a 1992 estava na Presidência Fernando Affonso Collor de Mello, seu governo democrático era pautado principalmente pelas orientações neoliberais, isso interferiu na economia por meio do plano Collor I e Collor II, com a abertura do mercado brasileiro; estabeleceu um governo de recorte clientelista e assistencialista. O país sofreu grande impacto político e econômico com as propostas do neoliberalismo que resultou em um cenário de privatização das empresas nacionais, abertura econômica para capital estrangeiro, retomada do processo inflacionário, minimização dos gastos públicos governamentais na área social. Collor sofreu o primeiro processo de impeachment na história brasileira. (COUTO, 2006).

Itamar Franco (1992-1994) assumiu como presidente e enfrentou “um país completamente arruinado e ofendido pela corrupção”. Seu governo era pautado com o recorte democrático, populista, clientelista e assistencialista. A Grande cartada foi o plano real ao qual buscou estabilizar o déficit público e a inflação. (MESTRINER, 2008, p. 209). No governo de Fernando Henrique Cardoso esse processo se intensifica, segundo COUTO, (2006, p. 150-151)

Uma das características desse período é a retomada da matriz da solidariedade, como sinônimo de voluntarismo e de passagem da responsabilidade dos programas sociais para a órbita da iniciativa privada, buscando afastar o estado de sua responsabilidade central, conforme a constituição de 1988 na garantia desses direitos. [...] Em relação aos direitos garantidos pela constituição, os governos têm a tendência de desconstituir o sistema, o que pode ser observado pela reforma da Previdência Social, por meio da Emenda nº20 encaminhada pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso e aprovado pelo Congresso Nacional.

Fernando Henrique Cardoso ficou no governo de 1995 a 1999, seu governo teve recorte democrático, de orientação neoliberal, clientelista, pautado na eficiência e na eficácia. Introduziu Programas de Transferência de Renda¹², como

¹² Segundo SILVA (2008, p. 24) “No caso brasileiro, a ideia central dos Programas de Transferência de renda é proceder a uma articulação entre transferência monetária e políticas

alternativa ao alto índice de desemprego e pobreza, oriundos da reestruturação produtiva e privatizações advindas com a proposta neoliberal. Segundo ALVES *apud* BATISTA JR., (2000, p. 121, 2003, p.11).

A política neoliberal do governo Cardoso contribuiu para criar as condições macroeconômicas propícias, mas bastante vulneráveis, de um novo (e instável) ciclo de acumulação no Brasil. Ela aproveitou-se da liquidez do mercado financeiro internacional. Nesse período, em 1994, a partir do governo Clinton, a economia americana recuperou-se de uma recessão e teve início um dos mais significativos períodos de expansão da economia americana no século XX.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso, assim como no governo Collor, ocorreram privatizações, o primeiro priorizou as áreas de transporte, mineração e telecomunicações, o segundo priorizou a “transferência de ativos públicos dos segmentos de insumos básicos (siderúrgicas, fertilizantes e petroquímica). (ALVES, 2003, p.12)

O capítulo I finaliza no Governo de Fernando Henrique Cardoso, pois o Governo de Luis Inácio Lula da Silva será abordado no capítulo II de forma clara e explorativa, enfatizando alguns pontos importantes do mandato de Lula e os programas para erradicar a pobreza no Brasil.

educacionais, de saúde e de trabalho, direcionadas a crianças, jovens e adultos de famílias pobres.” Os principais programas de Transferência de Renda no Governo de Cardoso são: o Programa de Renda Mínima e o Programa Bolsa Escola, posteriormente no Governo de Luís Inácio Lula da Silva é estabelecido o Programa Fome Zero como estratégia de acabar com a fome e pobreza no Brasil, mas esse tema será abordado no próximo Capítulo.

CAPÍTULO II - SERVIÇO SOCIAL E OS REBATIMENTOS DO CAPITALISMO NA CONTEMPORANEIDADE

Esse capítulo apresenta o Serviço Social e algumas considerações de MONTAÑO (2009) acerca da Gênese do Serviço Social, faz-se necessário levantar alguns dados importantes acerca do acirramento da “questão social” ao longo da história; serão feitos apontamentos acerca dos direitos adquiridos pós a Constituição de 1988 acerca da Seguridade Social, Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS); será exposto o Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e o principal foco do seu governo o “Programa Bolsa Família”; e a Contra-Reforma do Estado e os reflexos do Neoliberalismo na década de 90, ao qual trouxeram grandes perdas para a grande massa da população brasileira.

A princípio MONTAÑO chama a atenção para a existência de duas teses que esclarecem a Gênese do Serviço Social: a primeira tese ocorre no fim do século XIX, chamada de perspectiva Endogenista é “onde o tratamento teórico, confere ao Serviço Social, uma autonomia histórica com respeito à sociedade, às classes e às lutas sociais”; quando surgiram as grandes empresas industriais. Neste momento a Igreja Católica está presente nas Vilas Operárias, com o objetivo diluir e contrapor-se ao sindicalismo autônomo de inspiração anarco-sindicalista. (MONTAÑO, 2009, p.27)

Em um primeiro momento, quando se fala da relação entre a religião no Serviço Social, enfatiza-se especialmente a relação existente entre a emergência do Serviço Social e as ações e obras sociais da Igreja Católica, pois o surgimento destas instituições se dá nos marcos do movimento de “reação católica”. As instituições e suas obras de caridade adquirem importância, na medida em que, é o desenvolvimento das ações que criarão as bases organizacionais e humanas que permitirão a expansão da Ação Social¹³ na década de trinta do século XX e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social.

¹³ Finalmente, uma última observação sobre a proposta do Serviço Civil Obrigatório: enquanto nos anos 1930 foi a Igreja quem mobilizou jovens mulheres para a ação social, buscando recuperar áreas de influência perdidas nos marcos da reação católica, atualmente os personagens e a linguagem parecem passadiços. Entretanto, o sentido histórico é inteiramente diverso: o que se

A segunda tese sobre a gênese do Serviço Social é chamada de histórica-crítica, segundo MONTAÑO (2009, p.30),

A mesma entende o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do Capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social”.

Nesta perspectiva, destacam-se vários autores¹⁴, renomados do Serviço Social, que entendem que o Assistente Social é um profissional que está na divisão sócio-técnica do trabalho cumprindo o seu papel dentro da ordem social e econômica, desempenha um papel político que participa da reprodução das relações de classe e das contradições nela existente. O Estado e a Igreja fazem um pacto para inibir as reivindicações dos trabalhadores, que surgiu no cenário histórico para os assistentes sociais como agentes executores da prática da assistência social, essa categoria profissional assalariada operacional, passa a formular e executar as políticas sociais setoriais. Segundo MARTINELLI (2001, p.66) a gênese do serviço social tem,

marca profunda do Capitalismo e do conjunto de variáveis: alienação, contradição e antagonismo que buscou afirmar-se historicamente como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, como uma mistificada ilusão de servir.

Nesta perspectiva do Serviço Social nasce a explicitação do conflito de classe e da intervenção nele via política social e dos interesses antagônicos da classe trabalhadora assalariada e da burguesia, tendo como norteadora a aliança entre as forças do Estado, Capital e Igreja, garantindo assim não só uma abordagem teórica e prática da profissão, como também as estratégias ideológicas de gestão dos movimentos sociais. O exposto do presente trabalho se

propõe é uma "reação civil obrigatória" mobilizada pelo Estado, como parte de uma estratégia internacional de mascaramento da crise do capital, buscando resguardar ou consolidar a hegemonia de segmentos burgueses. (IAMAMOTO, 1998, p.140)

¹⁴ Dentre os principais autores destacam-se: José Paulo Netto e Marilda Vilela Iamamoto, Maria Lucia Martinelli, Manuel Manrique Castro, entre outros.

explicita na segunda tese de MONTAÑO, por ter um viés crítico e que está dentro dos parâmetros do serviço social na contemporaneidade

2.1 – SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL

As condições de vida e trabalho do enorme contingente de pessoas que vivem à margem da produção e do usufruto da riqueza socialmente produzida são reveladoras de que a desigualdade social é inerente ao desenvolvimento do Capitalismo e das suas forças produtivas. (MOTA, 2010, p. 21)

A “questão social” é notória na realidade mundial com o advento do Capitalismo e esse quadro ficou ainda mais acirrado devido às desigualdades geradas pela produção capitalista e suas contradições inerentes a esse modo de produção, ao qual o homem vende sua força de trabalho e o capital visa o lucro com a compra dessa força de trabalho, produzindo a mais-valia. Segundo MARX (1867) o trabalhador deveria trabalhar três horas por dia para atender suas necessidades e do capitalista, o resto é mais-valia absoluta e relativa, ou seja, a burguesia, de um lado; o proletariado, de outro; os que têm o capital e os que trabalham para os donos do capital. Para NETTO & BRAZ, (2008, p.164) a “questão social” “deriva de uma “contradição fundamental do modo de produção capitalista: a contradição entre a produção socializada e a apropriação privada”.

O proletariado ocupa um lugar fundamental na sociedade: seus braços e seu cérebro produzem os bens de que todos necessitam. Diante do exposto segundo IAMAMOTO (2007, p.26) a,

questão social [é] apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. A globalização da produção e dos mercados não deixa dúvidas sobre esse aspecto: hoje é possível ter acesso a produtos de várias partes do mundo, cujos componentes são fabricados em países distintos, que patenteiam ser a produção fruto de um trabalho cada vez mais coletivo, contrastando com a desigual distribuição da riqueza entre grupos e classes sociais nos vários países, o que sofre a decisiva interferência da ação do Estado e dos governos.

Os autores IAMAMOTO & CARVALHO (2007, p.77) ressaltam que,

A Questão Social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através da legislação social e trabalhista específica, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da Questão Social.

A “questão social” está intrinsecamente ligada ao serviço social, neste momento, faz-se necessário realizar um resgate histórico do serviço social, ressaltando os pontos principais da profissão.

O Serviço Social surge no Brasil profundamente ligado a Igreja, pois a mesma estava perdendo sua hegemonia e começou a ampliar sua forma de assistência. Com os intelectuais cristãos, que não pertenciam à hierarquia da Igreja, engendram visitadoras com a finalidade de combater a “questão social”, mais tarde os agentes já profissionalizados se tornariam Assistentes Sociais. Na década de 30, mais especificamente em 1936, surge à primeira escola de Serviço Social em São Paulo, “fruto do Movimento Católico Laico”, posteriormente outras escolas de serviço social foram abertas, pois esse aparato científico era necessário para que o profissional “possuísse uma determinada qualificação, englobada na divisão social-técnica do trabalho”. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2007, p. 176-179)

A partir de 1940 a influência no Serviço Social será focada nas Ciências Sociais dos Norte Americana (inspirado no funcionalismo de Émile Durkheim), nesse período o Assistente Social era um executor das Políticas Sociais do Estado suas ações eram voltadas para caridade e benevolência.

Na década de 50, o Brasil passava pela ideologia desenvolvimentista que visava a “expansão econômica, no sentido de prosperidade, riqueza, grandeza material, soberania, em ambiente de paz política e social, e de segurança” com o intuito de acabar com “o pauperismo, a miséria, elevando-se o nível de vida do povo como consequência do crescimento econômico atingido.” Nesse período

ocorreram às primeiras experiências com o Desenvolvimento da comunidade, uma perspectiva profundamente funcionalista no trato da “questão social” e seu desenvolvimento, no qual está centrado nas peculiaridades da sociedade norte-americana. A identificação das necessidades e a alocação de recursos reduzam a “questão social” a problemas técnicos, construindo, a partir deles, uma fórmula central que complica múltiplas variantes de intervenção profissional. O profissional de Serviço Social tende a concentrar a sua atenção sobre os elementos factuais e disponíveis, uma vez que a sua habilidade consistiria, justamente, em combiná-los de um modo otimizado. Seu trabalho justificar-se-ia na medida em que fosse capaz de responder aos problemas com aquilo que estivesse ao seu dispor. O propósito principal do Desenvolvimento de Comunidade era desenvolver atividades baseadas na associação de uma comunidade local com o governo em busca das suas condições de subdesenvolvimento. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2007, p. 341) (CASTRO, 2007, p. 151-153)

Na década de 60, o Serviço Social busca levar o homem a participação e integração ao processo de desenvolvimento, o Assistente Social passa por um período de expansão no mercado de trabalho, nesse período a Renovação do Serviço Social na vigência do Estado autocrático burguês, porém continua a concepção desenvolvimentista, pois o Assistente Social é o dinamizador e interveniente, pois busca integrar o indivíduo no processo de desenvolvimento. Segundo NETTO (2008, p. 118),

Se realmente, a autocracia burguesa investiu na reiteração de formas tradicionais da profissão, seu movimento imanente apontou, como tendência e factualidade, para uma ponderável reformulação do cenário do Serviço Social, justamente pela instauração daquelas condições novas a que aludimos linhas atrás. Tais condições vinculam-se, sobretudo a reorganização do Estado e às modificações profundas na sociedade que se efetivaram, durante o ciclo autocrático burguês, sob o comando do grande capital.

Nesse período, três tendências ou perspectivas que eram voltadas para o desenvolvimento são demarcadas: a Modernização Conservadora, a Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura.

A perspectiva da Modernização Conservadora se formula a partir do

Documento de Araxá e Documento de Teresópolis, ambos elaborados em encontros importantes do Serviço Social em Porto Alegre em 1965, Minas Gerais em 1967 e Rio de Janeiro em 1970, no qual os dois últimos foram patrocinados pelo Centro Brasileiro de Intercâmbios de Serviços Sociais (CBCISS). Estes documentos estão vinculados “à ideologia das políticas de desenvolvimento”. Nesse período a principal problemática do país, era romper com o “caldo de cultura política” que eram praticados “pelos países centrais e agências internacionais” como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), esses seguimentos burgueses afetavam às classes menos favorecidas/subalternizadas, elencando grandes mudanças (NETTO, 2008, p. 165-166). Segundo NETTO, (2008, p. 167),

O desenvolvimento, exatamente como expresso na concepção descrita, aparecia como a pedra de toque dos governos ditatoriais [...] Vale dizer: a conjuntura teórica-ideológica e política (dada a evicção nos cenários institucionais, do rebatimento de vontades políticas alternativas com razoável ponderação) era a mais propícia para aquela colagem.

NETTO (2008, p. 168-172) demonstra que o documento do CBCISS, impôs ao Serviço Social romper com algumas atuações que eram utilizadas, como: “o uso do processo de caso, grupo e comunidade” e que novos métodos fossem utilizados, porém, esse rompimento não acontece, “há a captura do “tradicional” sobre novas bases”. A exigência exagerada de uma “superprofissão que, a bem de verdade, compreenderia imodestamente” e seria voltada a atender o social. Sabe-se que o Assistente social naquele período limitava-se “as funções executivas terminais”, devendo romper com esses paradigmas e se tornar formulador e gerir as políticas sociais. Na perspectiva da Modernização Conservadora, segundo NETTO (1998, p. 154) verifica-se,

um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64.

A perspectiva da Reatualização do Conservadorismo está no marco dos Seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista que ressoam as formulações da vertente renovadora. Expressas na tese de livre docência de Anna Augusta de Almeida, apresentada em janeiro de 1978, com novas propostas teórico-profissionais, sendo que seu lastro conservador não foi erradicado dessa perspectiva. Os principais traços desta perspectiva são a compreensão do Serviço Social como a ajuda psicossocial, o diálogo como instrumento de trabalho, a transformação social entendida como ser, mais e o objeto de intervenção profissional como Situação Existencial Problema (SEP), ou seja, o problema vivenciado pelo usuário. Características como a complexa dialética de ruptura juntamente com a continuidade do passado profissional estão presentes na perspectiva da reatualização do conservadorismo. (NETTO, 2008)

A perspectiva da Reatualização do Conservadorismo seria um reformismo conservador, renovando em todos os aspectos, mas com traços tradicionais enraizados, ancorada no conceito fenomenológico (intento de reatualização com um pensamento conservador).

Antes de adentrar na última vertente, vale ressaltar a importância do movimento de Reconceitualização na história do Serviço Social. Neste marco, os Assistentes Sociais inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da “questão social”, sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos teóricos-científicos e sobre o relacionamento da profissão com novos protagonistas que surgiram na cena político-social, “a questão que originalmente a comanda é a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento”. Segundo NETTO (1998, p. 146),

A reconceptualização é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social “tradicional”, e, portanto, nesta medida, partilha de suas causalidades de características.

Ou seja, a reconceituação permitiu a união dos profissionais e foi o ponto de partida para adaptar a profissão “às demandas de mudanças sociais registradas ou desejadas no marco continental- e que sensibilizaram o Serviço Social pelos mesmos condutos e sujeitos” que necessitavam de mudanças na atuação profissional. (NETTO, 1998, p. 147).

Representando os interesses do grande capital monopolista nativo e estrangeiro (particularmente o norte americano), a ditadura brasileira deixou uma herança desastrosa para a massa da população. A brutal dominação burguesa no Brasil realizou uma modernização conservadora que estimulou o desenvolvimento de forças produtivas e de instituições superiores de ensino e pesquisa a ele funcionais

Com a crise estrutural do Capital no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, que assistiu a queda de seus elementos constitutivos, estagnação econômica houve um avanço nas ideias liberais, preparando as bases para um Capitalismo livre de regras, que seria regido pelo mercado, minimizando o papel do Estado.

Em 1979 o mundo vivia a rearticulação e fortalecimento das forças conservadoras do projeto neoliberal com a sustentação política da reestruturação produtiva do capital, desmantelando o projeto na qual se apoiava o movimento de luta e organização dos trabalhadores no país. Percebe-se assim que contraditoriamente, enquanto o movimento operário e as lutas sociais avançavam no Brasil, o projeto neoliberal alcançava seus patamares mundiais. Projeto este, que constitui o maior obstáculo para o avanço e as perspectiva de emancipação do movimento operário em todo mundo, desarticulando não só os movimentos, mas transformando as relações de trabalho, colocando ainda mais a classe trabalhadora, subalterna aos termos do Capital produtivo. Segundo MONTAÑO, (2007, p. 4)

Diversos fatores conjunturais da economia japonesa nos anos 50-60 (que aqui excede nossos objetivos) constituem o marco no qual se desenvolve o chamado “toyotismo”. A empresa japonesa enfrentava crises financeiras num país com um reduzido e heterogêneo mercado e sem capacidade de exportação. Devia reduzir-se, pois, os custos de produção de forma diferente ao usualmente feito dentro do modelo taylorista/fordista; assim, surge a necessidade de recortes no pessoal ocupado e na infraestrutura industrial.

Essa efervescência política, reprimida durante a Ditadura, se consolida com a abertura democrática iniciada nos anos 80 no Brasil. O Serviço Social toma posse de conhecimentos adquiridos em pesquisas através de sua introdução na Universidade em todo país, o profissional torna-se crítico, o que leva a construção de um pensamento com base nas idéias marxistas, resultando no questionamento da maneira de intervir do mesmo na realidade e da forma de aplicação das políticas sociais. Um exemplo desse processo foi evidenciado com um método apresentado em Belo Horizonte, segundo SILVA, (2007, p.101-102),

Há que se registrar que na primeira metade dos anos 70, a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais desenvolve uma proposta profissional alternativa ao denominado tradicionalismo no Serviço Social, com toda uma preocupação com critérios teóricos, metodológicos e interventivos, explicitamente direcionado ao que entendia como interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas. Assim, com equívocos ou não, o “Método Belo Horizonte”, como ficou conhecido, não pode deixar de ser considerado um marco do Projeto de Ruptura do Serviço Social no Brasil.

Portanto, é na década de 80 que o Projeto Profissional de Ruptura se consolida e se torna hegemônico. Foi criada em 1979, a revista Serviço Social e Sociedade, que vinha ao encontro de divulgar as teorias metodológicas dessa perspectiva. O profissional questiona os espaços institucionais, situando-os como contraditórios aos interesses da classe trabalhadora. Também tinha uma identificação profissional com os movimentos populares, associações e sindicatos, como bandeira de luta para um novo projeto de sociedade, colocando a classe trabalhadora como sujeitos políticos e ativos nessa construção.

Para IAMAMOTO (2007, p.154-155) “o assistente social convive diariamente com as mais amplas expressões da “questão social”¹⁵,” que por sua vez é a matéria-prima do trabalho do mesmo, ou seja, o assistente social no seu

¹⁵ De acordo com IAMAMOTO (2007, p. 81) “no interior da classe dominante encontram-se presentes interesses divergentes entre suas frações, que lutam entre si pelo controle do poder e pela apropriação da maior parcela possível do excedente produzido sob as formas de lucro industrial e comercial, juros e renda da terra. O Estado supõe, pois, uma aliança de segmentos sociais, cujos interesses são conflitantes, embora não antagônicos”.

cotidiano e fazer profissional “confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos sociais ao nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual ou coletiva”.

Essas novas expressões da “questão social” apresentam uma demanda por serviços anteriormente inexistentes e que precisam receber respostas eficientes, seja via ações públicas ou privadas. Parar responder a essas demandas exige-se um profissional que, nos dizeres de IAMAMOTO, (2004, p.49), seja:

um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender ‘o tempo presente, os homens presentes, a vida presente’ e nela atuar, contribuindo, também para moldar os rumos de sua história

Essas novas exigências, para um novo profissional, favoreceram que a categoria se organizasse para além do exercício profissional pensando na formação profissional necessária para atender esses requisitos. Segundo NETTO (2010, p. 1) diante das três vertentes supracitadas, “é neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político.”

A globalização e a reestruturação do capital em nível mundial produziram novas questões e acirraram em algumas partes do mundo e principalmente no Brasil, os problemas já existentes, sobretudo os de ordem socioeconômicos.

Com o advento do Capitalismo o mundo passa por um processo marcado pela desigualdade e exclusão social: a falta de planejamento, crescimento desordenado, o pouco investimento no combate à falta de infraestrutura, formam um quadro de problemas da desigualdade urbana. Principalmente a pobreza e a exclusão social são faces da mesma moeda. Segundo NETTO (2001, p.4),

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e

instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

NETTO (2001, p.15) ressalta que,

é no trânsito dos anos oitenta aos noventa do século XX que o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil se configurou em sua estrutura básica – e, qualificando-a como básica, queremos assinalar o seu caráter aberto: mantendo seus eixos fundamentais, ela é suficientemente flexível para, sem se descaracterizar, incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar novos desafios. Em suma, trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento. Um exemplo do seu caráter aberto, com a manutenção dos seus eixos fundamentais, pode ser encontrado nas discussões acerca da formação profissional, produzidas com as modificações advindas da vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN (Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996): as orientações propostas por representantes do corpo profissional (cf. ABESS, 1997 e 1998) ratificam a direção da formação nos termos do projeto ético-político.

O projeto ético-político para NETTO (2001, p. 15-16) tem como valor central a liberdade, ao longo da história foi concebida, “como possibilidade de escolha entre alternativas concretas, compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais”, se vincula e “propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.” Afirmando a defesa dos direitos humanos, sem qualquer tipo de preconceito” respeitando o pluralismo, na sociedade e no exercício profissional,

Para IAMAMOTO (2008) o serviço social na contemporaneidade demarca alguns desafios imperativos na construção coletiva de estratégias para que os fundamentos que orientam o Projeto ético-político sejam apreendidos pelo conjunto da categoria profissional; manter e aprofundar a direção hegemônica do Projeto ético-político; garantir a interlocução com os movimentos sociais de luta em defesa da classe trabalhadora; ou seja, é de suma importância reconhecer estas questões e construir respostas para as mesmas, passa pelo reconhecimento da contradição como possibilidade de construção de uma outra sociabilidade orientada para emancipação política e humana do conjunto da classe trabalhadora.

Há um discurso falacioso do Capitalismo referente à aplicação de suas políticas sociais. Esses benefícios estão cada vez mais fragmentados e pormenorizados sempre inferiores ao salário mínimo, garantindo somente o mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho. A oratória presente nas sociedades capitalistas é mistificado por uma igualdade que é aparente de oportunidades. Ilusoriamente os indivíduos crêem ser os donos da sua força de trabalho e de seu destino, dependendo apenas do próprio esforço para alcançar seus objetivos, ou seja, as situações sociais são transformadas em problemas individuais, como se o sucesso econômico dependesse de cada um. E isso para as classes trabalhadoras, evidencia-se um amplo caminho para escamotear, a expropriação do trabalhador, sendo os programas sociais, na realidade, financiados pelos mesmos.

Entretanto, parece consensual que os seguros sociais, ou seja, a garantia compulsória de prestação de substituição de renda em momentos de riscos derivados da perda do trabalho assalariado pelo Estado é um avanço do direito da cidadania, segundo uma conquista dos trabalhadores.

2.2- SEGURIDADE SOCIAL, POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS), LEI ORGANICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS) E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

A Constituição de 1988 inaugurou novas perspectivas com a unidade nacional da política da Assistência Social no âmbito federal e demais setores; seu reconhecimento como dever do Estado no campo da seguridade social e não mais política isolada a complementar a Previdência Social, como papel público ou nada definido; o caráter de direito de cidadania e não mais ajuda ou favor ocasional e emergencial; a organização sob o princípio da descentralização e da participação, rompendo com a centralidade federal e a ausente democratização da sua gestão sob o âmbito governamental (NOB - SUAS, p. 11). Segundo SPOSATI, (2005, p.42).

A necessidade de criação de um sistema de assistência social descentralizado, participativo e com garantias de alocação de recursos financeiros, superação da fragmentação, da desordenação, da superposição de programas sociais, introdução do setor público sobre os recursos repassados às entidades privadas com mecanismos de avaliação e controle social, são todas demandas que aparecem na argumentação do Senador e relator da Constituição.

Pela legislação brasileira, seguridade social é o conjunto de ações públicas nas áreas da Previdência, Saúde Pública e Assistência Social. A seguridade social constitui uma política pública de proteção social situada em um contexto de crise da sociedade capitalista. Dispõe o Art. 194 da Constituição de 1988:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Segundo YAZBEK,(2008, p.14),

no entanto, apesar da obscuridade a que foi relegada a Seguridade Social brasileira, sua concepção fundamenta, legítima e permite ampliar a proteção social no país. Isso porque sabemos que escapa às políticas sociais, às suas capacidades, desenhos e

objetivos reverter níveis tão elevados de desigualdade, como os encontrados no Brasil, mas sabemos também que as políticas sociais respondem a necessidades e direitos concretos de seus usuários. Nesse sentido a constituição da Seguridade Social brasileira trouxe, sem dúvida, algumas inovações no campo das Políticas Sociais particularmente para a Assistência Social, sobretudo no que se refere à sua organização e gestão.

Assim como na Constituição Federal de 1988, também a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, denominada como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ao regulamentar os preceitos constitucionais sobre a Assistência Social e reafirma como Política de Seguridade Social no Campo dos direitos sociais.

Em seu primeiro artigo, a LOAS (1993) – garante que:

a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

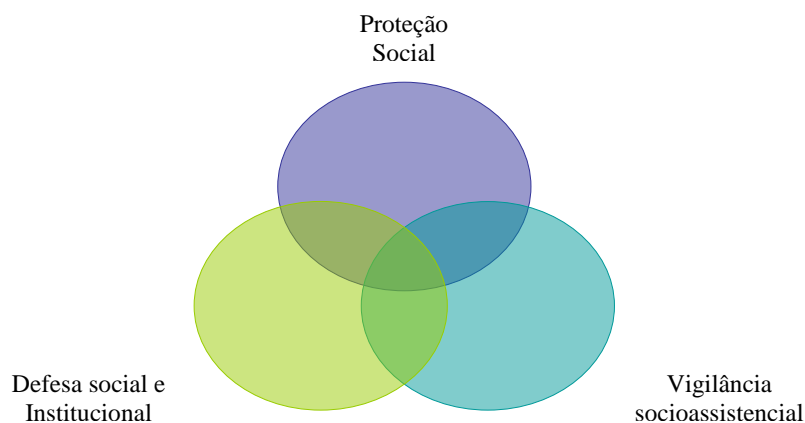
A Lei Orgânica da Assistência Social faz referência a bens e serviços disponibilizados pelo Governo para os usuários que procuram a Assistência Social e em muitos casos encontra-se em situação de vulnerabilidade¹⁶ social. A assistência social é destinada somente para os pobres através de critérios clientelísticos e burocráticos que é na verdade uma troca de favor, ou seja, o benefício não é considerado um direito do cidadão, mas um favor concedido em troca de algo, principalmente por votos. O favoritismo é outro agravante das políticas sociais dos países periféricos, onde o conhecimento por certas pessoas públicas favorece o acesso aos serviços prestados. Portanto, esses programas não significam uma garantia permanente e segura de um direito incontestável. A pessoa que recebeu certo benefício fica a mercê de quem a doou, engendrando uma relação de dependência do beneficiário. A LOAS dispõe de 42 artigos sobre a organização da Assistência Social, que por sua vez atua no campo dos direitos, da universalidade dos acessos e da responsabilidade estatal,

A Política de Assistência Social que está regimentada na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei nº. 8742/93.

¹⁶ “Por vulnerabilidade entende-se a condição ‘desfavorável’ dada. (...) O que a identifica são processos sociais e situações que produzem fragilidade, discriminação, desvantagem e exclusão social, econômica e cultural” (Política Nacional de Assistência Social, 2004, p. 6).

que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes da política, tanto da organização e gestão, das ações e do funcionamento; regimentada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que por meio de proteção social básica e especial, visa ofertar um conjunto de programas, serviços, projetos e benefícios com o objetivo de aprofundar seguranças sociais para a prevenção, proteção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, e a promoção de defesa dos direitos. As ações desenvolvidas buscam articular a transferência de renda com os serviços sócio-assistenciais na perspectiva de oferecer maiores oportunidades e mais possibilidades de desenvolvimento de indivíduos, famílias e comunidade.

De acordo com a PNAS/2004, são funções da Assistência Social: a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; a vigilância social; e a defesa dos direitos socioassistenciais.



Para que a Assistência Social fosse reconhecida como política pública no campo dos direitos sociais, era necessário romper com a ideia de direito como favor ou ajuda emergencial, gestados sem regularidade e através de um processo de centralismo decisório. Era necessário romper com a lógica de que a Assistência Social com recursos residuais do investimento público, ou seja, serviços pobres para pobres.

Havia a necessidade de rescindir com o uso dos recursos sociais de maneira clientelista e patrimonialista. Nesta direção, em 1997, foi editada a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB-SUAS), que buscou dar concretude aos princípios e diretrizes da LOAS, que são: Conceituar o sistema

descentralizado e participativo; ampliar o âmbito das competências dos governos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal; Instituir a existência do Conselho, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social para o município estar habilitado e receber recursos federais. Segundo a NOB-SUAS, (2005 p.12).

A Norma Operacional Básica 2005 disciplina a operacionalização da gestão da política de assistência social, conforme a Constituição Federal de 1988, a LOAS e legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, sob a égide de construção do SUAS, abordando, dentre outras coisas: a divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo; os níveis de gestão de cada uma dessas esferas; as instâncias que compõem o processo de gestão e controle desta política e como elas se relacionam; a nova relação com as entidades e organizações governamentais e não governamentais; os principais instrumentos de gestão a serem utilizados; e a forma da gestão financeira, que considera os mecanismos de transferência, os critérios de partilha e de transferência de recursos.

Em 1998, foi elaborada uma nova edição da NOB- SUAS, no qual trouxe avanços na estruturação do Sistema, mas manteve as considerações da edição anterior, no que tange as seguintes atribuições: fazer diferença entre serviços, programas e projetos; ampliar as atribuições dos conselhos de Assistência Social; criar os espaços de negociação e pactuação tais como: as comissões Intergestores Bipartites (CIBs), que reúnem representações dos gestores municipais, estaduais e federais da Assistência Social.

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2003 realizou a VI Conferencia Nacional de Assistência Social, através da Portaria nº 262, de 12 de agosto de 2003, com a finalidade de avaliar a situação da Assistência Social naquele período e propor novas diretrizes pra o seu aperfeiçoamento. O CNAS foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, (Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993).

Em 23 de junho de 2004, pelo Ministério de Desenvolvimento Social /Secretaria Nacional de Assistência Social foi apresentada a versão preliminar da Política Nacional de Assistência Social ao Conselho Nacional de Assistência Social. Por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tomou a decisão de elaborar,

aprovar e tornar pública a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), demonstra a intenção de construir coletivamente o redesenho desta política, com o intuito de implementar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que foi finalmente aprovado em 15 de julho de 2005. Entre os dias 20 a 22 de setembro de 2004 na Reunião Descentralizada e Participativa, nesse período com a participação do colegiado foram realizados debates e a PNAS é finalmente aprovada. Segundo a PNAS, (2004, p.10).

A Política Nacional de Assistência Social se configura necessariamente na perspectiva sócio-territorial, tendo os mais de 5.500 municípios brasileiros como suas referências privilegiadas de análise, pois se trata de uma política pública, cujas intervenções se dão essencialmente nas capilaridades dos territórios. Essa característica peculiar da política tem exigido cada vez mais um reconhecimento da dinâmica que se processa no cotidiano das populações. Por sua vez, ao agir nas capilaridades dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real, no campo das informações, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas – população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência.

A PNAS prevê o desenvolvimento de programas, serviços e projetos executados pelas três esferas de governo que devem ser articulados através do SUAS. Os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) ¹⁷ e benefícios eventuais também compõem a proteção Social Básica. Todos os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica deverão ser executados de forma direta nos Centros de Referência de Assistência Social ou de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social na área de abrangência de cada Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

A área de abrangência e número mínimo do CRAS dependerá do porte do Município e da taxa de vulnerabilidade social. Será considerado esse critério também, para fins de partilha de recursos da União. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome elaborou um Guia que regulamenta a

¹⁷ O Benefício de Prestação Continuada constitui uma garantia de renda básica, no valor de um salário mínimo às pessoas com deficiência e aos idosos a partir de 65 anos de idade, observado o critério de renda. Foi estabelecido na Constituição Federal e regulamentado na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

quantidade de CRAS necessário de acordo com o número de habitantes para cada município como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 2

Municípios de Pequeno Porte I	Municípios de até 20.000 habitantes/5.000 famílias – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas.
Municípios de Pequeno Porte II	Municípios de 20.001 a 50.000/ de 5.000 a 10.000 famílias – mínimo 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas.
Municípios de Médio Porte	Municípios de 50.001 a 100.000 habitantes/ de 10.000 a 25.000 famílias – Mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.
Municípios de Grande Porte	Municípios de 100.001 a 900.00 habitantes/ de 25.000 a 250.000 famílias – mínimo de 4 CRAS, para cada um para até 5.000 famílias referenciadas.
Metrópole	Municípios de mais de 900.000 habitantes/ mais de 250.000 famílias – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.

Fonte: PNAS (2004 p. 39-40)

Vale ressaltar nesse momento a importância dos Conselhos Municipais de Assistência Social cuja principal deliberação é a fiscalização da execução da política e de seu financiamento, respeitando as deliberações e diretrizes propostas pelas Conferências de Assistência, a aprovação do Plano de Assistência, a apreciação e aprovação da proposta orçamentária para área e do plano de aplicação do fundo (com a definição dos critérios de partilha dos recursos exercida em cada instância em que estão estabelecidos). Os Conselhos Municipais de Assistência Social são paritários tendo representantes da sociedade civil, dos usuários, das entidades e organizações de Assistência Social e trabalhadores do setor. É necessário que a sociedade se mobilize, pois somente com a fiscalização pode-se reivindicar os direitos.

2.3 - CONTRA-REFORMA DO ESTADO E O NEOLIBERALISMO.

O Neoliberalismo foi identificado como o causador de novas problemáticas, no qual as políticas orientadas para enfrentar problemas dos segmentos mais necessitados da população são escassas ou inconsistentes, e por isso, mostram o aprofundamento de um fosso entre aqueles que ganham e aqueles que perdem. Segundo YAZBEK, (2009, p. 12)

É sempre oportuno lembrar que, nos anos 80 e 90 a somatória de extorsões que configurou um novo perfil para a questão social brasileira, particularmente pela via da vulnerabilização do trabalho, conviveu com a erosão do sistema público de proteção social, caracterizada por uma perspectiva de retração dos investimentos públicos no campo social, seu reordenamento e pela crescente subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora.

Dessa forma, o Estado deixa de cumprir a sua função de gerar políticas públicas, transferindo responsabilidades próprias para a sociedade civil, ressurgem o apelo à filantropia, para o enfrentamento da “questão social”, pois na sociedade Brasileira paira a ideologia dominante, ao invés do Estado assumir o seu papel os problemas sociais são postos como responsabilidade dos indivíduos. “Princípios como justiça social, ética social e solidariedade são então recolocados no apoio a esta transferência, sem, no entanto, estarem relacionados intrinsecamente à configuração de direitos sociais.” (MESTRINER, 2008, p.21-22).

As autoras BEHRING & BOSCHETTI (2008, p. 152), destacam que está intrínseco no neoliberalismo o “reformismo”, principalmente no que diz respeito à área econômica.

Argumentava-se que o problema estaria localizado no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo para novas requisições corrigindo distorções e reduzindo custos, enquanto a política econômica corroía aceleradamente os meios de financiamento do Estado do Brasil através de uma inserção na ordem internacional que deixou o país a mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo o esforço e redução de custos preconizados escoaram pelo ralo do crescimento galopante das dívidas interna e externa.

Na década de 90 o Brasil foi o celeiro de bons negócios capitalistas, mas por outro lado teve uma perda cumulativa de postos de trabalho na indústria, causando a degradação no mundo do trabalho e aumento significativo da desigualdade social. Esse período também foi marcado por crises mundiais do capital: “México -1995; Crise Asiática na Rússia- 1997, Coréia do Sul; em 2000, estouro lento e gradual da “Bolha especulativa” em Nasdaq/ Wall Street e a crise terminal do modelo Neoliberal na Argentina”, causando crises financeiras e inconstância sistêmica. Nesse período houve várias privatizações, uma das características principais do neoliberalismo, com o intuito de obter o crescimento econômico e também tecnológico (ALVES, 2003, p.9). Segundo ALVES (2003, p.14).

Em decorrência da desvalorização cambial de 1999, no bojo da crise da globalização no Brasil, tivemos, em 2000, uma pequena retomada do crescimento da economia brasileira, puxada pela redução da taxa de juros, substituição de importações e o crescimento das exportações. Como atestam os indicadores do IBGE, o pequeno crescimento da economia conseguiu promover uma melhoria relativa do emprego nas regiões industrializadas.

Ou seja, em virtude da reestruturação produtiva do capital, houve transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no Brasil e a classe trabalhadora sofreu os impactos do desmantelamento das políticas sociais, conseqüências do total desajuste de uma sociedade capitalista, no qual sua base se fundamenta no desmonte dos direitos, nos cortes orçamentários, na desregulamentação das economias nacionais, ou seja, com o neoliberalismo, tais conseqüências alteraram os direitos conquistados com a Constituição Federal de 1988, diante desse fato houve uma redução nos gastos sociais, gerando o sucateamento das políticas sociais e desmonte do funcionalismo público. Segundo ANDERSON (1995 p. 22-23).

Nesse sentido, qualquer balanço atual do neoliberalismo só pode ser provisório. Este é um movimento ainda inacabado. Por enquanto, porém, é possível dar um veredicto acerca de sua atuação durante quase 15 anos nos países mais ricos do mundo, a única área onde seus frutos parecem, podemos dizer assim, maduros. Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não

conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.

Em plena era de reformas do Estado, verifica-se que a realidade em relação à manutenção e garantia dos direitos sociais é bem diferente, pois a cada momento, as políticas públicas e sociais, estão sendo bombardeados, sucateados, fragmentados, desconcentrados e privatizados, seguindo os padrões da ordem neoliberal, pois o capitalista detém todo o capital e cada dia obtém o lucro em suas mãos e quem sofre as consequências desse capital mal dividido são as classes subalternas.

2.4- O GOVERNO LULA E O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA (PBF)

O Governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) iniciou em 2003 com promessas de grandes mudanças, principalmente na área social, nesse período o Brasil passava por momentos difíceis com o aumento do desemprego e a informalidade, houve uma grande queda do poder aquisitivo da população, gerando o aumento do número de famílias pobres e aceleração da desigualdade social, vale ressaltar que a conjuntura do Governo Lula se insere num processo de expansão do neoliberalismo que no Brasil desde a década de 1990 o Estado deixou de cumprir a sua função de gerar políticas públicas, transferiu a responsabilidade para a sociedade civil, ressurgiu o apelo à filantropia para o enfrentamento da “questão social”, pois os problemas sociais são postos como responsabilidade dos indivíduos, grupos “excluídos” com ínfima renda, devido a sua falta de escolaridade, falta de vontade, etc., que deve ser resolvido pela boa vontade dos cidadãos de “boa fé” ou através do “terceiro setor”, que vem crescendo acentuadamente, pela solidariedade e benesses dos mesmos, tais especificidades colocaram em xeque os direitos sociais garantidos na Constituição de 1988, pois vivemos numa sociedade, na qual paira a ideologia dominante da classe burguesa. Essas dificuldades demonstram as várias manifestações das refrações da “questão social” no âmbito da gestão de Lula, as quais necessitam de políticas sociais, que serão utilizadas através de programas e projetos do governo. Segundo SILVA (2008, p.30).

O desenvolvimento desse processo demonstra que os Programas de Transferência de renda representam o elemento central na constituição atual do Sistema de Proteção Social brasileiro, o que requer o desenvolvimento de um processo sistemático de seu acompanhamento e avaliação para dimensionar o real impacto desses programas, sobretudo e relação a dois aspectos centrais: possibilidades para elevar o nível de escolaridade e de saúde da população e sua efetividade enquanto política pública de enfrentamento à pobreza e a desigualdade social.

Com a criação de vários Programas de Transferência de Renda na transição do Governo de Fernando Henrique Cardoso para o de Luís Inácio Lula da Silva dentre eles: Bolsa-Alimentação (Ministério da Saúde); Bolsa-Escola (Ministério de

Educação); Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa Agente Jovem (todos do Ministério de Assistência Social), Cartão alimentação (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome) e Auxílio-gás (Ministério Minas de Energia), a principal questão em pauta “fome, pobreza e desigualdade Social”, ainda está longe de ser resolvida. Porém, Lula resolveu unificar os programas de renda existentes e constitui o Programa Bolsa-Família “idealizado em 2003 e institucionalizado pela Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regulamentada pelo decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004” que foi o carro chefe do seu governo. (SILVA, 2008, p.33-34).

Nos governos Fernando Henrique Cardoso a Assistência Social foi tratada com fortes influências da solidariedade, do trabalho voluntário e das parcerias. O mesmo pode ser dito para o Programa Fome Zero do governo Lula, amparado no caldo cultural da solidariedade, despido de qualquer conteúdo classista. (MOTA, 2008, p. 160).

BOSCHETTI (2008, p. 192) ressalta que,

os programas de transferência de renda apresentam características bem diferenciadas dos benefícios previdenciários vinculados ao trabalho. São todos categoriais, no sentido de serem focalizados em categorias (idosos, pessoas com deficiência, jovens, etc.) e/ou em situações bem específicas, ligadas a miséria absoluta e vulnerabilidade extrema. Nesse sentido são ex poste e não ex antes, ou seja, possuem um caráter de minimização da situação já instalada e não de prevenção. São concedidos mediante condições, além da comprovação da situação de miséria/pobreza: idade, deficiência, moradia, participação em atividades sociais ou comunitárias, disposição do beneficiário ou de sua família para trabalhar ou realizar atividades de inserção social. Seus valores são reduzidos, em geral bem abaixo do valor do salário mínimo, de modo que não asseguram a satisfação das necessidades básicas e impedem os usuários a buscar outras fontes de rendimento. Alguns são incorporados a renda, criando um efeito perverso: se a soma do benefício e de outras formas de rendimento ultrapassar a renda per capita mínima exigida, o beneficiário é excluído. Nesses casos, acabam sendo uma armadilha de pobreza, pois impedem o beneficiário de melhorar sua renda e condição de vida.

O Programa Bolsa-Família (PBF) se destina a incluir famílias em extrema pobreza e essas famílias procuram a Assistência Social dos Municípios, especificamente o Plantão Social¹⁸ para que as mesmas sejam inseridas no Programa. Sabe-se que o Plantão Social faz parte da prática profissional dos assistentes sociais desde a sua gênese e é o momento de estabelecimento de uma relação direta entre assistente social e usuário, na perspectiva dos direitos de cidadania e na socialização de informações concernentes ao acesso aos recursos institucionais, pois irá trabalhar diretamente com a concessão de recursos materiais a população.

O Programa Bolsa-Família (PBF), segundo dados do Ministério de Desenvolvimento¹⁹,

atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 32 a R\$ 242. Esses valores são o resultado do reajuste anunciado em 1º de março e vigoram a partir dos benefícios pagos em abril de 2011.

Além dos critérios supracitados, são feitas algumas exigências nas quais destacam a “obrigatoriedade de manutenção dos filhos em idade escolar na escola; frequência regular de crianças de 0 a 6 anos aos postos de saúde; frequência de mulheres gestantes a exames de rotina”, ou seja, essas condições do Programa não solucionam a questão central do problema, que é o indivíduo incapaz de suprir suas próprias necessidades básicas para se reproduzir e ainda ficam de fora famílias que passam extremas dificuldades. O PBF é uma forma paliativa de inserção da classe menos favorecida, ao qual a família recebe o benefício temporariamente até conseguir completar a renda, sendo assim, cortado do programa. O Programa Bolsa-Família tem uma complementação miserável de renda para a família brasileira que também ganha miseravelmente, é o rastreamento da pobreza para a amenização paliativa do sofrimento dos desfavorecidos (SILVA, 2008). Segundo BOSCHETTI (2007, p. 14).

¹⁸ Essa temática será mais trabalhada no Capítulo III.

¹⁹ Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/bolsa-familia> acesso em 25/09/2011.

É inegável que esse programa, assim como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) assegurado na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a aposentadoria dos trabalhadores rurais, tem um importante efeito na ampliação dos rendimentos dos beneficiários e conseqüente ampliação de seu acesso ao consumo de bens básicos. Mas é também inquestionável que seu caráter *ex-poste*, seus baixos valores e seus rígidos e muitas vezes vexatórios critérios de acesso conseguem apenas minorar os efeitos mais perversos da pobreza extrema, sem causar impactos estruturais na redução das desigualdades sociais e na desconcentração da riqueza.

A adesão do Partido dos Trabalhadores e do Governo Lula ao Neoliberalismo requer uma análise, pois a política de assistência nos revela a centralidade do direito à assistência em oposição ao direito do trabalho. É sabido que hoje, as Políticas Públicas Sociais, cada vez mais, tratam o direito do trabalhador de forma descentralizada e fragmentada, na qual o acesso só vem através dos recursos focalizados e não de forma universal.

Portanto, é necessário haver articulações entre as políticas de enfrentamento a pobreza, pra que haja a autonomia das famílias/ usuários de direito que utilizam este benefício, pois se nada for feito, essa realidade não vai mudar. A necessidade de superar a pobreza vai além da distribuição mensal de uma renda mínima ou programas paliativos, significa rever certos padrões da sociedade capitalista socialmente excludente, para que as necessidades básicas dos cidadãos como: educação, lazer, saúde, habitação, entre outros, sejam realmente efetivadas.

CAPÍTULO III - ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CASIMIRO DE ABREU

Este capítulo versa sobre o exercício do Serviço Social no Município de Casimiro de Abreu, especificamente no Centro Social do Palmital. Para apreender as várias dimensões do trabalho nessa Instituição, utilizou-se para a produção da pesquisa estudo de textos que falam da Assistência Social, foi realizado o levantamento histórico da Instituição²⁰, entrevistas e questionários foram realizados como forma de levantamento de dados sobre o cotidiano profissional.

Para que houvesse uma melhor qualidade na pesquisa e propriedade do assunto foram utilizados dois métodos: entrevista estruturada²¹ e o questionário²². A princípio foi realizado um pré-teste para melhor resultado da entrevista e verificar se as perguntas contemplavam o foco principal do tema pesquisado e posteriormente foram aplicados os questionários. A entrevista e o questionário foram aplicados em dias alternados, pois foi marcado previamente com cada profissional o dia e o horário da entrevista e aplicação do questionário, no ato da entrevista estruturada o profissional assinou o termo esclarecido²³, ao qual sua identidade não será revelada nas citações utilizadas neste documento. Algumas indagações foram levantadas durante a realização das entrevistas e dos questionários. No próximo tópico será observado os vários questionamentos que remetem à precariedade do trabalho do assistente social no Município de Casimiro de Abreu, especificamente o Centro Social do Palmital e que passam o cotidiano profissional.

A administração²⁴ do Município de Casimiro de Abreu é composta pelo Prefeito Antonio Marcos de Lemos Machado, Secretária de Assistência Social

²⁰ Devido à ausência de informações, documentos e coleta de dados não foi possível um relato mais aprofundado e qualificado do histórico do Centro Comunitário de Palmital, os dados aqui apresentados foram feitos através de relatos com os funcionários mais antigos e relatórios de estágio de alunas da Graduação em Serviço Social que estão disponíveis na Instituição.

²¹ Segue em anexo 01, o Roteiro de Entrevista, para fazer o levantamento dos dados e a condições de trabalho das Assistentes Sociais

²² Segue em anexo 02, o Questionário que permite fazer levantamento do perfil das Assistentes Sociais.

²³ Segue em anexo 03, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aplicado juntamente aos entrevistados da pesquisa.

²⁴ Disponível em <http://www.casimirodeabreu.rj.gov.br/estruturaadministrativa.html> . Acesso em 01/12/2011

Rosana Lélia de Souza Santos Machado e Subsecretária de Assistência Social Eliete dos Santos Maciel.

A Assistência Social no Município de Casimiro de Abreu está organizada da seguinte forma: composta por programas, projetos, serviços e benefícios devem ser prestados pelo Estado e de modo complementar, pelas entidades de Assistência Social. As ações de proteção devem ser prestadas de forma integrada e articulada entre si e com outras Políticas Sociais e estruturas para atingir a universalidade da cobertura das necessidades e do atendimento de todos que dela necessitarem. Essas ações são organizadas para promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a capacidade de proteção da família, a autonomia e o protagonismo dos indivíduos, familiares e comunidades, essa mudança ocorre a partir da implantação da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) que mudou o perfil da Assistência. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Política Nacional de Assistência social (PNAS) são executados pelo Ministério de Desenvolvimento social (MDS). O PNAS foi aprovado em 2004 com a proposta de possibilitar a transição entre a tradição de favores políticos e caridade, que historicamente marcou essa área, para um novo estágio em que as ações de Assistência estejam sintonizadas com o direito social.

Entre outras prioridades, a política estimula a articulação entre a distribuição de renda, trabalho social e projetos de geração de renda protagonizados pelas famílias.

As demandas sociais que ocorriam no Município de Casimiro de Abreu impulsionaram a criação da Secretaria Municipal de Assistência e a Subsecretaria de Assistência Social, a qual de acordo como essas se apresentam, foram criados os projetos e também operacionalizados programas que pudessem oferecer amplas possibilidades de ação conjunta entre Prefeitura, governo Estadual e Federal.

O Centro Social de Palmital se localiza na Rua Benedito de Souza, nº. 379, bairro Palmital, de caráter público com âmbito de atuação a nível local, atendendo a população dos bairros de Palmital e Vila Verde, com parcerias de ordem governamental, Estadual e Federal. Casimiro de Abreu está situado como Município de pequeno Porte II, o Centro Social de Palmital não é um CRAS, mas atende os usuários e famílias da comunidade através de serviços sócio-

assistenciais, através de Programa Bolsa Família, Plantão Social e Projeto Novo Amanhecer. Até o momento os únicos bairros do Município que são contemplados com um CRAS são: Professor Souza e Mataruna.

O Centro Social do Palmital era uma extensão da subsecretaria de Assistência Social de Barra de São João. Foi observado durante as entrevistas, que o local (infra-estrutura), onde se encontra o Centro Comunitário é pequeno, tanto na estrutura física, quanto de recursos humanos e financeiros, foram feitas promessas para a ampliação de projetos e programas para atender a comunidade em janeiro de 2012.

O Centro Social Palmital conta atualmente com 5 (cinco) funcionários no quadro de pessoal, sendo que destes, somente 1 concursada e o restante (4), são de cargos comissionados. Compõem os recursos humanos do Centro Social os seguintes profissionais: 02 assistentes sociais, 01 coordenadora do Programa Bolsa Família, 01 professora de artesanato do Projeto Novo Amanhecer e 01 estagiário do Projeto Construir.

O Projeto Novo Amanhecer tem como público alvo, idosos em situação de risco e vulnerabilidade social. As idosas realizam atividades lúdicas variadas, como artesanato, dinâmicas de grupo, discussão sobre temas da atualidade, entre outros, para a promoção do envelhecimento ativo e saudável, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenindo o isolamento do idoso, contribuindo para o exercício da cidadania, a participação social, proporcionando a ampliação e defesa de direitos e a autonomia das pessoas idosas.

Diante do exposto é imprescindível reforçar as bases da política de assistência social enquanto política pública de direito garantida constitucionalmente. Através da entrevista realizada e alguns apontamentos das assistentes sociais, o Centro Social de Palmital diante das mudanças e alterações que passaram à área da assistência social no município, fica complicada a afirmação dessa política. Segundo YAZBEK, 1996, p. 133

É necessário assinalar, portanto, que os programas da área assistência não reduzem à distribuição de auxílios materiais ou orientações; são também programas de formação profissional e de geração de renda, programas socioeducacionais e de

atendimento a grupos específicos como portadores de deficiências, idosos, crianças, adolescentes, entre outros.

Essas políticas são de suma importância para o Palmital, mas a Secretaria de Assistência de Casimiro de Abreu, não tem atendido a instituição como deveria, na entrevista com as Assistentes sociais foi relatado, a falta de material de manutenção e expediente, pois os próprios funcionários estão arcando com as despesas da Instituição e isso impede a ampliação e efetivação para o fortalecimento da assistência social do bairro Palmital.

É importantíssimo e necessário este núcleo da Secretaria Municipal de Assistência Social em Casimiro de Abreu no bairro Palmital, devido a vários motivos, mas dois são principais: primeiro é a desfavorável localização geográfica em que se encontra o bairro, sendo muito distante tanto de Casimiro de Abreu, quanto de Barra de São João e também muito dispendioso financeiramente para o usuário se deslocar do bairro, vale destacar a proximidade do bairro com o Município de Rio das Ostras, no qual somente uma estrada divide os limites dos municípios, porém essa proximidade não garante aos usuários que seus direitos sejam contemplados; e segundo, é a ausência tanto de infra-estrutura, quanto de políticas públicas para essa comunidade que necessita que os seus direitos se efetivem.

3.1 – PRÁTICA PROFISSIONAL DESENVOLVIDA NA INSTITUIÇÃO

Assim como na fábrica, não é nas máquinas que está o erro, mas nas condições do modo capitalista de produção sob as quais elas são utilizadas; do mesmo modo, não é a existência dos serviços que está o erro, mas nos efeitos de um mercado todo poderoso que, dominado pelo capital e sem investimento lucrativo, tanto é caótico quanto profundamente hostil aos sentimentos de comunidade. Assim, os próprios serviços sociais, que deveriam facilitar a vida social e a solidariedade social, têm o efeito contrário. (BRAVERMAN, 1987, p. 239/240)

O Assistente Social atua nas expressões da “questão social” que passam o seu cotidiano, sabe-se que a assistência social é uma das maiores áreas de intervenção desse profissional, diante dessas demandas um dos princípios fundamentais do Código de Ética é a “autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” e mais, o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”.

Ao entrevistar as Assistentes sociais do Centro Social do Palmital, foi notório ver de perto a precariedade que permeia o trabalho em suas rupturas, geradas pelas desigualdades sociais. A partir desse momento faz-se necessário trazer algumas pontuações e trechos da entrevista, ao qual para preservar a identidade dos profissionais, citarei “AS1” e “AS2”.

A “AS1” formou-se na Universidade Federal Fluminense de Campos dos Goytacazes em 2004, fez pós graduação na Faculdade Getúlio Vargas, atua na instituição a 6 anos, com carga horária de 20 a 25 horas semanais, o vínculo de trabalho na Instituição é estatutário com salário mensal é de 1 à 2 salários; não dispõe de sala própria, computador, internet, armário com chave, telefone na sala, carro para realizar visita domiciliar, divide a sala com outros profissionais, no qual não existe sigilo no atendimento; não existe incentivo por parte da Prefeitura de Casimiro de Abreu para o aprimoramento profissional, mas a Assistente Social considera importante o aprimoramento profissional para melhor qualidade do trabalho, a mesma tem conhecimento das Legislações tais como: Lei de Regulamentação, código de ética, LOAS, SUAS, nos quais os mais utilizados na

Instituição são: Código de ética, LOAS e SUAS; já teve estagiários do Serviço Social e no momento não tem por falta de espaço físico; a assistente social nunca participou de reuniões de supervisores de campo com professores do serviço social, mas considera o estágio importante para a formação profissional para o conhecimento da prática e melhor entendimento teoria – prática; atualmente não participa de grupos de estudos, não participa de Conselhos Municipais, não se reúne com outras Assistentes sociais da Rede Municipal; não tem contato com profissionais de outras áreas; tem contato com a Secretaria Municipal de assistência social e outros departamentos do Município, de maneira informal e pouco freqüente.

A “AS2” formou-se na UNITINS em 2007, não fez pós-graduação, atua na instituição há 2 anos, com carga horária de 20 a 25 horas semanal, o vínculo de trabalho é comissionado com salário mensal é de 1 a 2 salários; não dispõe de sala própria, computador, internet, armário com chave, telefone na sala, carro para realizar visita domiciliar, divide a sala com outros profissionais, não existe sigilo no atendimento, não existe incentivo para o aprimoramento profissional por parte da Instituição, realizou cursos de extensão e atualização em Serviço social, a mesma considera importante o aprimoramento profissional para melhor qualidade do trabalho, tem conhecimento das Legislações tais como: Lei de Regulamentação, código de ética, LOAS, SUAS, nos quais os mais utilizados na Instituição são: Código de ética, LOAS e SUAS; a profissional não participa da tomada de decisões da Instituição, já teve estagiários do Serviço Social; considera o estágio importante para a formação profissional, pois se aprende a profissão na prática, vivenciando a realidade do Município; não participa de grupos de estudos, não participa de Conselhos Municipais, reúne-se com outras Assistentes Sociais da Rede Municipal, com relacionamento informal e pouco freqüente; não tem contato com profissionais de outras áreas, tem contato com a Secretaria Municipal de assistência social e outros departamentos do Município, de maneira informal e pouco freqüente.

As reflexões a seguir evidenciam a percepção das assistentes sociais entrevistadas acerca do contexto profissional em que estão inseridas. Questionou-se há princípio o tempo que atuam na Instituição e se atuam em outros espaços, a “AS1” informou que já trabalha na Instituição há 6 anos desde

2006 e que atua em outro município na Educação, enquanto a “AS2” trabalha a 2 anos no Município e foi a sua primeira experiência profissional.

Na seqüência foi questionada sobre o objetivo de trabalho Assistente Social na Instituição, segundo a “AS1” “ o objetivo ideal e que se espera é levar o usuário ter uma reflexão, está informando dos direitos dos usuários, da cidadania.”

Por sua vez a “AS2” informou que seu trabalho na Instituição no plantão social, com entregas de cestas básicas e informações aos usuários. Sabe-se que o assistente social tem suas especificidades em relação ao plantão social no âmbito da assistência, segundo TRINDADE (1999, p.279),

o plantão constitui uma possibilidade concreta de viabilização do acesso da população aos serviços sociais – vinculados às políticas de previdência, saúde e assistência social – mas essa potencialidade só se realiza se a prática profissional for acionada nessa direção, levando-se em conta as condições institucionais reais.

O profissional trabalha com o usuário a perspectiva dos direitos de cidadania e na socialização de informações concernentes ao acesso aos recursos institucionais, em suma está diretamente ligada com a concessão de recursos materiais a população. Segundo YAZBEK (1996, p. 137).

Do ponto de vista dois recursos institucionais, o que nossos usuários encontram são instituições limitadas pelas circunstâncias em que foram criadas, pelas necessidades históricas que se propõem a atender e operando programas sociais isolados e difusos que não dão conta do conjunto acumulado de suas carências.

Ao descrever o cotidiano na Instituição a “AS1”, relatou:

“No momento aqui no setor do Centro Social do Palmital, a gente não tem nem um projeto em evidência, o que está sendo feito é o Plantão social.”

Ou seja, a ausência de programas e projetos voltados para a população da Comunidade do Palmital e adjacentes, faz-se necessário pensar alternativas de geração e renda, para que esse contingente da população que ainda se considera

excluído tenha acesso a um trabalho formal, podendo assim se emancipar da Assistência e ter uma vida digna em uma sociedade excludente, a assistente social enfatizou o atendimento no plantão social e também relatou a seguinte frase:

“visitas domiciliares, atendimento as famílias do Programa Bolsa Família, informações e fazendo cadastros das Idosas do Projeto Novo Amanhecer, e atendimentos as Gestantes não têm projetos em andamento por falta de recurso. (AS1)

Assim, fica claro que a Política social se afasta cada vez mais de um caráter universalizante e de direitos sociais, porque os assistentes sociais atuam nas Instituições para implementar e viabilizar direitos, mas esbarram com as condições político-institucionais que cada vez mais são escassos para realizar essas políticas e conseqüentemente responder à demanda posta e ainda assegurar a sua própria sobrevivência.

Na sociedade capitalista, segmentos subalternizados segundo YAZBEK (1996, p.155),

são privados não apenas do consumo de mercadorias e da riqueza social, mas também muitas vezes do conhecimento necessário para compreender a sociedade em que vivem e as circunstâncias em que se encontram.

Ao ser questionada sobre o cotidiano na Instituição, a “AS2”, relatou a falta de um carro para as visitas domiciliares e a falta de cestas básicas para os usuários.

“Essas cestas não estão chegando com freqüência, semana passada tínhamos 5 e essa semana também não tem, não sei se a Subsecretaria vai mandar, acredito que agora só na próxima quinta, estão chegando poucas. Quando tem cestas e um carro a nossa disposição, entregamos a cesta na hora da visita de acordo com a demanda do usuário.”

Mais uma vez fica claro a precarização das políticas sociais que visa tão somente atender aos ditames do capital, por meio da ostentação legal do Estado.

Deixando de fora as vicissitudes da classe subalternizada e excluída socialmente. Segundo YAZBEK (1996, p.148)

o assistencial se expressa, aqui em sua contraditoriedade fundamental: mecanismo de regulação, atendimento ilusório, e ao mesmo tempo espaço de reconhecimento e apoio aos projetos da própria população.

Foi feito o questionamento de como a Política de assistência social era organizada na Instituição, a forma de registro mais utilizada pelo Serviço Social dentro da Instituição é o cadastro com o parecer social, na qual o assistente social relata a condição sócio-econômica da família, realizando uma análise que possa vir a eleger ou não a mesma, que busca a sua inserção nos programas e projetos, porém um grande dilema é a falta de programas e projetos na Instituição, as entrevistadas estão atuando no plantão social e realizando visitas domiciliares para usuários que buscam acessoria e inserção no Programa Bolsa Família. O único projeto que no momento está em funcionamento na Instituição é o Projeto Novo Amanhecer, segundo a "AS2",

"o único em funcionamento é o das idosas, o Projeto Novo Amanhecer, mas mesmo assim uma vez na semana, quando tem uma professora (a atual, no momento está com problemas de saúde). Eu já coordenei o projeto Novo amanhecer, mas no momento não mais, porque o mesmo funciona na terça-feira e nesse dia estou na Subsecretaria de Barra de São João e quem fica com as idosas na falta de professor é a Maria, ou seja, não tem nenhum Assistente Social coordenando o projeto [...], não sei o que a prefeitura vai fazer."

A "AS1" enfatizou que a Instituição não é considerada um CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e isso dificulta ainda mais a atuação dos Assistentes Sociais, pois os mesmos estão de mão atadas sem recursos e sem políticas de apoio a população do Bairro Palmital.

"Primeiramente não existem projetos em execução, ou seja, a Política Nacional de Assistência social não é implementada. Os serviços à população estão cada vez mais precarizado." (AS2)

“Enquanto Centro Social no qual estou inserida, a Política de Assistência está precária, então esforço para estar desenvolvendo uma Política de encaminhamentos e que tenha algo que efetive os direitos dos usuários. Em relação à autonomia eu posso estar fazendo os encaminhamentos, alguma coisa assim, agora para a criação de propostas, de projetos, que perpassa por uma gestão, fazer uma solicitação, pois nem sempre se recebe a resposta adequada.” (AS1)

Essa situação implica em alguns questionamentos, pois o assistente social “é o mediador na relação usuário-Instituição, usuário-programa”, ou seja, o profissional visa implementar projetos para a inserção da classe que se encontra fora do mercado de trabalho, sabe-se que grande parcela da população encontra-se nessas condições, mas o que tem sido feito pela prefeitura de Casimiro de Abreu para atenuar essa situação de descaso? Essa é uma questão bem difícil de ser respondida, porque diante do quadro em que se encontram os profissionais da Instituição, percebe-se que a Gestão pouco se importa com os usuários. (YAZBEK, 1996, p. 151)

Outro momento importante da entrevista faz referência em relação à autonomia profissional, projeto ético-político, sigilo profissional dentre outras demandas pertinentes à profissão.

“você tem autonomia em parte, pra algumas coisas você tem autonomia, mas pra outras não, a questão do sigilo fica complicado, você não tem um espaço adequado que esteja apenas o profissional e o usuário. A sala é dividida para duas Assistentes sociais e a Coordenadora do PBF. No caso quando o usuário do PBF esta em atendimento escuta todo o atendimento do outro usuário que está com a Assistente Social. (AS1)

A Assistente Social longe de uma visão messiânica (“heróica”) tem autonomia²⁵ e deveres em relação com o usuário a quem se destina seu serviço. O Assistente Social articulado entre a teoria e prática, busca decifrar a realidade e criar alternativas que ultrapassem a individualidade e funcione como um impulsionador de mudanças, estipulada pelo projeto ético-político hegemônico,

²⁵ “h) ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com suas atribuições, cargos ou funções;”

rompe com práticas tutelares, filantrópicas, voluntaristas, amplia os canais de cidadania e participação dos usuários como sujeitos políticos.

Sobre a autonomia profissional, eu tenho aqui, “quando preciso entregar uma cesta básica, porque se eu achar que eu tenho que entregar eu entrego, mas quando acho que não deve ser entregue, não entrego”. [...] E por mais que a gente fale baixo durante o atendimento do PBF, fica difícil, o usuário do outro lado escuta, e quando tem cesta básica aqui, fica mais complicado, porque a Coordenadora do PBF manda a pessoa pra cá ai ela vê a cesta ali, quando acaba o atendimento sai falando para as demais pessoas da comunidade que tem cesta básica. (AS2)

Sobre a fala do “AS2”, ratifica a situação no qual o usuário é submetido pelo processo seletivo, pois a Assistente Social verifica “o grau de carência da demanda para incluí-lo ou excluí-la dos recursos e serviços dos programas sociais” e essa atribuição é histórica no fazer profissional da profissão, outro fator agravante e evidenciado é a falta do sigilo, pois a sala é dividida com outros profissionais e essa condicionalidade inflige/fere o código de ética profissional, não por culpa do Assistente Social e sim da Gestão Municipal. (YAZBEK, 1996, p. 150). Segundo IAMAMOTO, (2005, p.77)

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma, como valor ético central, o compromisso com a parceria inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos.

O assistente social comprometido com a qualidade e a abrangência da prestação de serviços que assegurem a dimensão coletiva dos usuários, na luta por direitos sociais conquistados historicamente, se põe à lógica econômica contemporânea que tende a fragmentar as políticas sociais, sinalizando para a defesa dos princípios como democracia, cidadania, justiça social, aprimoramento intelectual e de uma nova ordem social. BARROCO evidencia (2001, p. 67).

A ética profissional é um modo particular de objetivação da vida ética. Suas particularidades se inscrevem na relação entre o conjunto complexo de necessidades que legitimam a profissão na divisão sociotécnica do trabalho, conferindo-lhe determinadas demandas, e suas respostas específicas, entendidas em sua dimensão teleológica e em face das implicações ético-políticas do produto concreto de sua ação.

Quando as entrevistados foram questionados sobre a existência de conflito/divergência e/ou semelhança entre as ações e o objetivo determinados pela Instituição em contrapartida ao seu Código de Ética Profissional, ambas informaram que sim, a “AS1” “Existe conflito, pois você pensa pelo lado ético-político da profissão e se esbarra na questão das políticas partidárias e não das políticas sociais, isso é conflitante.”, por sua vez a “AS2” questionou a falta de compromisso em relação à disponibilidade de um carro,

“Já tive divergências em relação ao Transporte pra fazer vista Domiciliar, pois era necessário fazer a visita em um dia específico e o carro não veio, aí a gente liga pra Coordenadora discute aquilo e vê que jeito dá pra resolverá a situação, mas de ser coagida a fazer alguma coisa não.” (AS2).

“Eu gosto de trabalhar na Assistência, isso quando você encontra um espaço adequado para o trabalho, onde você pode desenvolver projetos, onde você percebe mesmo que seja pouco o que você vai alcançar ali, percebe que você está conseguindo levar uma reflexão e que alguma coisa vai servir para o dia a dia das famílias, até para entender a questão do próprio direito, pois vejo famílias muito fragilizadas, sobre esta questão do dar, da política direito, as famílias ficam muito fragilizadas, dependentes e não saber brigar pelos seus direitos, buscar uma forma de caminhar por si mesma, às vezes até se deixam, não querem se emancipar, se acomodam e outros não estão atentados para essa visão, de você levar esse conhecimento. A questão dessa divergência aqui, é que às vezes tem dentro da gestão, é conveniente manter o favor, garantia de votos, infelizmente isso tem em todos os municípios, isso está bem claro.” (AS1)

A todo o momento o Assistente Social encontra divergência, pois se sabe que o histórico da Assistência Social no Brasil está arraigado de formas

paternalistas, sendo esta última, prática antiga da cultura política brasileira²⁶. Essas correlações de forças estão mais presentes na política pública atual do que imaginamos. O clientelismo se caracteriza pela busca da troca de favores entre duas pessoas, favorecendo os interesses pessoais e privados, em detrimento dos interesses coletivos.

Durante as entrevistas, foi feito o questionamento em relação às atividades específicas dos Assistentes Sociais na Instituição, tais como visitas domiciliares, entrega de cestas básicas, se as mesmas eram de fato executadas apenas pelo Serviço Social, ambas entrevistadas informaram que sim, pois são atribuições que somente profissionais capacitados, mais especificamente um Assistente Social, pois o mesmo precisa ter a competência teórico-metodológica e ético-política para a execução das atividades técnico-operativas. GUERRA, (2002, p. 20), expressa a seguinte afirmação.

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas), então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais(éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teóricos e princípios ético-políticos.

Os usuários chegam ao plantão social apresentam as suas realidades socioeconômicas, fazem pedidos, como por exemplo, de cestas básicas, remédios, óculos, muletas, vagas em escolas e creches da rede Municipal, cadeiras de roda e cadeiras de banho aluguel social (vítimas de enchentes e usuários que moram de aluguel) etc. Os usuários procuram também o setor do programa Bolsa Família para se cadastrarem, buscando um benefício sempre com interesses para que consigam resultados imediatos, porém existem critérios de elegibilidade, que já vêm pré-estabelecidos do Governo Federal, para o recebimento de determinados benefícios: as famílias são eleitas com base no critério da renda familiar per capita, de acordo com a estimativa de famílias pobres

²⁶ “Falar de cultura política é tratar do comportamento de indivíduos nas ações coletivas, os conhecimentos que os indivíduos têm a respeito de si próprios e de seu contexto” (GOHN, 2001, p.60)

ou extremamente pobres, e, além disso, necessitam residir no município e possuir o título de eleitor. Segundo GUERRA, 2007, p.15,

Neste âmbito, entendermos que o exercício profissional orientado por um projeto profissional que contenha valores universalistas, baseado no humanismo concreto, numa concepção de homem enquanto sujeito autônomo, orientado por uma teoria que vise apreender os fundamentos dos processos sociais e iluminar as finalidades, faculta aos assistentes sociais a consciência de pertencer ao gênero e lhe permite desenvolver escolhas capazes de desencadear ações profissionais motivadas por compromissos sociocêntricos que transcendem a mera necessidade pessoal e profissional [...] orientado por um projeto profissional crítico os assistentes sociais estão aptos, em termos de possibilidade, a realizar uma intervenção profissional de qualidade, competência e compromisso indiscutíveis.

Faz-se necessário pensar alternativas para essas famílias, para que seja feita a intervenção necessária e inserí-las nos programas e políticas sociais, de acordo com suas demandas, mesmo em meio à fragmentação e precarização das políticas sociais, o assistente social busca meios de superar o pragmatismo profissional.

3.2- LIMITES E POSSIBILIDADES NO COTIDIANO DO ASSISTENTE SOCIAL

Os principais problemas enfrentados pelo Serviço Social na Instituição para a realização de suas atividades em geral são a burocratização das informações, a ausência de organização do funcionamento da Instituição, falta de recursos, não tem telefone e a falta de um computador com internet.

“Falta de um computador, armário com chaves (porque e qualquer pessoa pode pegar ver e acabar sumindo com um documento), telefone porque como aqui em Palmital não tem nada, muitas das vezes é preciso se comunicar com Casimiro pra perguntar as coisas ‘(AS2).

“Por falta de recursos, muitas vezes a dificuldade de arrumar um carro, material que faz o atendimento, tipo: cesta básica, colchonete e de acordo com a demanda isso fica aquém, são essas coisas que te deixam em conflito, sem contar a falta de projetos, pois mediante a falta de recursos o atendimento fica somente aquela coisa do “dá” e acaba ficando algo politiqueiro, porque você acaba perdendo a visão de cidadania, pois se não tem os projetos para está se inserindo essas pessoas para que eles vejam que tem um caminho que pode seguir. Se não tem nada para dar na Assistência ninguém aparece aqui, mas quando sabem que tem cesta básica, vem todo mundo, e porque esse interesse? Não tem ninguém os estimulando a pensar diferente.” (AS1)

Esses aspectos, na maioria das vezes, são difíceis de serem encontrados no Centro Social de Palmital em relação à efetivação do exercício profissional. Primeiro devido à ausência de uma estrutura básica para tal trabalho, principalmente de recursos financeiros. Isso fica mais visível no resultado do trabalho do assistente social, ao qual nem ao menos tem um projeto de intervenção desenvolvido dentro da Instituição, pois esbarra na gestão, isso sem comentar na precarização do espaço trabalhista do assistente social, que reflete em baixíssimos salários na Prefeitura de Casimiro de Abreu, ao qual desestimula qualquer profissional de nível superior.

Algumas pessoas têm a visão equivocada do assistente social, pois imaginam que o profissional está ali somente para dar (uma cesta básica, conseguir uma vaga na creche, etc.) e não para garantir direitos, seria de inteira

relevância mudar esse tipo de pensamento, alterar esse paradigma requer a “construção de novos modos de pensar, a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente, necessária para suplantar o senso-comum e tornar as classes subalternas capazes de produzir uma contra-hegemonia”. Isto é, uma compreensão crítica da realidade e de si mesmo adquirido, principalmente através da “filosofia da práxis” (ou marxismo). É imprescindível notar que são espaços em disputa a serem conquistados e munidos de relações contraditórias, e que somente através da participação, organização e mobilização popular é que se constroem estruturas de sociedades alternativas que verdadeiramente podem ser efetivados. É aí que entra o profissional de serviço social de forma comprometida e arraigada na bandeira em prol das classes subalternas. (SEMIONATTO, 2009, p.43)

“infelizmente tem essa visão de que assistente social é só pra cuidar dos pobres e ainda é classificada como moça boazinha que faz caridade, o que na verdade não é assistente social ele defende os direitos das pessoas e atua através de pesquisas e análises entre outras coisas relacionada com a sociedade, inclusive os próprios funcionários acham que estamos aqui somente para dá, Eu imagino que pelo que tem sido apresentado o serviço pela própria gestão pela falta de tudo, pois quando você não tem o recurso, você não tem como trabalhar, você acaba ficando só neste limite, na entrega da cesta básica, na visita domiciliar, faz encaminhamentos, mediante ao que estão vendo pensam da mesma forma que os usuários.”(AS1)

Através do conhecimento dos direitos e das legislações, bem como na formação política dos sujeitos, o profissional pode atuar de forma a contribuir para a organização dos sujeitos. Quando as entrevistadas foram questionadas, sobre programas de capacitação realizados pela Prefeitura e a importância dessas atividades no fazer profissional, ambas tiveram respostas distintas:

“Capacitação? Aqui pelo município eu nunca fiz nem um, acho importante, mas quando trabalhava na Subsecretaria de Barra de São João eu juntamente com a psicóloga, fizemos uma capacitação juntamente com a equipe técnica (grupo de professores) que trabalhavam com a gente, nós fizemos uma capacitação com eles, no caso elaborei, mas capacitação para o profissional o Município nunca realizou.”(AS1)

“Fiz uma que a Prefeitura ofereceu. Eu acho importante, na época era sobre o PBF.” (AS2)

Convém ressaltar a importância da capacitação desses profissionais inseridos na Assistência Social, através do conhecimento dos direitos e das legislações, bem como na formação política dos sujeitos, o profissional pode atuar de forma a contribuir para a organização desses sujeitos. O profissional de serviço social, de forma educativa, pode também contribuir em propostas alternativas de atuação dos mesmos, de forma emancipatória formação da emancipação humana enquanto emancipação de classe dos sujeitos envolvidos neste processo. Segundo ALMEIDA (2000, p. 19),

durante muitos anos a associação entre Serviço Social educação esteve, quase que de forma automática, relacionada ao campo da formação profissional ou à dimensão educativa do trabalho dos assistentes sociais.

Diante do fazer profissional em seu cotidiano, as entrevistadas foram questionadas sobre os desafios e limites, e os meios de superar tais demandas, as mesmas foram otimistas em suas respostas, pois visam que esse quadro de precariedade pode ser mudado, mesmo diante a tanta desigualdade e desigualdade e exclusão social.

“Muitos desafios e limites também, tanto à quantidade de desafios são a quantidade de limites. Desafios existem você tem N questões sociais que estão envolvidas, são temas dentro dessas questões e refrações que você procura desenvolver e os limites existem porque você não consegue avançar, o desenvolvimento de nada para o trabalho realmente acontecer.”

“Existe, a gente não pode ser pessimista, fatalista, mas existe. Como o nosso trabalho é dentro de uma Instituição que está ligado na gestão, tudo tem que ser, essa gestão tem que favorecer, dá espaço para que as coisas aconteçam.” (AS1)

“Desafios sempre têm, porque uma coisa que às vezes você acredita, porque numa prefeitura, nem tudo o que você acha certo pode ser feito, porque tem sempre outras pessoas por trás, mas no mais aqui no Palmital é tranquilo.”

“Eu acho que existe, com paciência, força de vontade, trabalho, se der autonomia e material, tem condições” (AS 2).

Muitos são os desafios a serem enfrentados, a construção de uma nova postura profissional é necessária romper com os dilemas do cotidiano e mesmo diante desses dilemas existe os momentos que são compensados quando a garantia de um direito é concebida. Diante desse fato, foi feita a pergunta sobre os fatores positivos do fazer profissional.

“No momento é meio complicado, tem tanta coisa negativa que tem hora que até abafa os positivos, um exemplo é o trabalho do PBF, o cadastro é todo feito em Casimiro de Abreu a gestão não está nem ai para os usuários, o programa não tem um computador, uma internet, não tem isso, não tem aquilo, a última conversa que teve aqui, não foi reunião, nem folha de cadastro tem, nem papel, material, etc.” (AS1).

“Tem porque de uma forma ou de outra a gente acaba ajudando as pessoas [...] uma palavra porque tem muitas pessoas que vem aqui e acaba desabafando, então só com aquilo ali, você já está ajudando a pessoa mesmo que não seja com nada material.” (AS2)

Há uma dicotomia nas respostas, pois o a primeira apresenta uma crítica ao modo no qual a Coordenação do Programa Bolsa Família vem desenvolvendo o trabalho juntamente com as famílias que recebem esse benefício, por outro lado a outra Assistente Social ressalta os benefícios com os atendimentos no plantão social, pois é nesse local que o mesmo estimula o usuário para o enfrentamento das situações em seu cotidiano, no qual muitas das vezes não consegue resolver na Instituição, procurando outras formas de suprir suas necessidades básicas.

Mais uma vez ressalta-se a questão da ausência dos programas e projetos para inserção desse contingente de usuários que procuram a Assistência Social, como válvula de escape para amenizar as múltiplas refrações da “questão social” ao qual se encontram e não conseguem se emancipar. Foi feita a questão sobre a implantação / implementação de projetos sociais pelo assistente aocial enquanto gestora da Assistência Social e se propostas são feitas à Prefeitura para que esses programas sejam executados e a existência documentos que demonstram quais os benefícios mais solicitados no cotidiano profissional.

“No momento a Instituição não tem projetos e programas, e mesmo que projetos sejam elaborados a gestão não está implementando. Dentro do possível, estou tentando fazer isso, resgatando quem já tem cadastro.” (AS1)

“A Assistente Social elaborou um projeto com as gestantes, e seria muito bom se nós conseguíssemos tirá-lo do papel, porque o Posto de saúde do Bairro não dá orientações importantes para as gestantes, dão panfletos e verifica a pressão, peso e só, muitas delas chegam à assistência muito desesperadas, cheias de dúvidas, então acho que um projeto assim para as gestantes seria legal, para esclarecer, tirar dúvidas quando a criança nasce, vacina, teste do pezinho, dentre outros esclarecimentos importantes que muitas não sabem. Em relação os benefícios mais solicitados, é feito um relatório mensal dos atendimentos e vai para a Subsecretária de Barra, nesse relatório tem quantas Visitas Domiciliares foram realizadas, quantidade de Cesta Básica distribuídas, e isso é feito a mão.” (AS2)

Mais uma vez o profissional esbarra na gestão municipal para que projetos sejam implementados no Centro Social Palmital, isso implica na falta de alternativas para os usuários que necessitam de políticas sociais focalizadas para que seja possível a sua emancipação da Assistência Social, isso demonstra as barreiras que muitos profissionais precisam romper no seu cotidiano, além de pensar alternativas para os usuários.

Outra questão de suma importância e que faz parte da atuação do Assistente social e do seu cotidiano profissional, são os encaminhamentos, se os mesmos são feitos no plantão social e se existe a segurança de que todo o encaminhamento é atendido, as entrevistadas “AS1” e “AS2”, fizeram as seguintes afirmações:

“Sim essa coisa do retorno, o *feedback* é importante, mas isso é um pouco complicado, pois geralmente o usuário não volta e entra naquela questão da falta de recurso, porque eu não tenho um telefone que eu possa usar, eu faço encaminhamento esperando que o pedido do usuário seja atendido, [...] a gente fica sem saber, a gente fica com a sensação não sei se é também a questão do muito, já está acostumado com essa questão do muito “dá”, do “consegui” que em muitas das vezes se acomoda e ficam aguardando que você tome a decisão, mas o que eu vou fazer, não tem carro, não tem como você esta solicitando. Existem famílias que você sabe que realmente estão precisando, algumas não tem certidão de nascimento, outras são analfabetas, você poderia estar realmente viabilizando aquela situação ali, mas

também você não tem os recursos para fazer esse tipo de atendimento.” (AS1)

“Tem alguns casos que a gente sabe que não foi possível, mas mesmo assim os encaminhamentos são mandados, Secretaria de obras, aqui mesmo na Área da saúde tem muitas pessoas que procuram vagas para a creche, Conselho Tutelar, muita coisas, agora se todos são atendidos é complicado, a gente não sabe.” (AS2)

Os encaminhamentos são utilizados pela assistente social para demandar a direção, o caminho, o indicador ao qual o usuário irá tomar, porém para que isto se efetive de forma competente é preciso haver a Intersetorialidade, ou seja, a inter-relação de vários setores das políticas públicas (saúde, assistência social, educação, habitação, segurança pública, etc.) e privadas (ONGS, Fundações, etc.) de maneira a atender de forma conjunta as necessidades da população local para obter melhores resultados e um melhor atendimento da população usuária e/ou da família. Torna-se imprescindível essa ação de acordo com a complexidade das demandas que lhe são postas para as políticas sociais, bem como sua forma organizacional de gerir.

No Centro Social de Palmital não há nenhum trabalho desenvolvido de intersectorialidade. A intenção de realização desse tipo de trabalho está um pouco distante de se efetivar devido a vários empecilhos que se apresenta na própria gestão da Instituição. Como por exemplo, não há nem uma reunião de equipe multiprofissional, através de redes interdisciplinares dentro da dinâmica na Instituição, quanto menos redes intersectoriais, que abrange a relação de setores das políticas públicas no município.

Os desafios referentes às redes interinstitucionais são variados, ainda estão além da realidade na Instituição, causando uma grande precariedade nas bases de dados e infra-estrutura para que essa relação se efetive. As Ausências de reuniões com equipe multiprofissional se fazem presentes na realidade Institucional.

A ausência de relacionamento com os profissionais de outras redes está presente no bairro Palmital (como por exemplo, a Creche Palmital e a Estratégia de Saúde da Família - ESF) também é marcante. Faz-se necessário, antes de tudo, a aproximação com estes profissionais para o começo de uma estrutura em

rede interinstitucional. Esse e outros aspectos minimizam a atuação do profissional, durante a entrevista foi feita à pergunta sobre os aspectos que foram marcantes, positivos e/ou negativos, na trajetória profissional na Instituição, as entrevistadas, enfatizaram os seguintes casos:

“Um dos aspectos positivos que achei, foi quando eu trabalhava no PETI em conjunto com a psicologia, desenvolvia um trabalho profissional com a psicóloga, tanto no PETI, quanto no Jovem Agricultor, também no Jovem Construir, mas foi mais no PETI e Jovem Construtor, onde a gente viu uma realização e efetivação do trabalho, perceber que você está contribuindo na questão da cidadania no trabalho com as adolescentes e trabalhos pontuais e até identificava que você chegava e alcançava um objetivo, [...] A fase que eu mais gostei foi quando a gente elaborava e escolhia os temas para as palestras dos adolescentes, temas atuais, temas que estavam ligados a situações de vivência deles mesmos (Drogas, gravidez na adolescência, convivência família, namorar ou ficar) e também trabalhávamos com a família, foram feitas reuniões sobre planejamento familiar, foi uma fase muito boa.” (AS1)

“Aqui é um lugar calmo, não tem muita coisa, mas um caso que me chamou atenção foi quando conseguimos o Aluguel social, a usuária não estava inscrita, porque no período a prefeitura não estava disponibilizando pra ninguém.” (AS2)

Segundo a Constituição Federal de 1988, o Estado Democrático de Direito tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo jurídico na construção de uma sociedade livre justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional, erradicando a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais e no intuito de promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação²⁷.

Uma das últimas questões da entrevista diz respeito à trajetória do profissional na Instituição e sobre as expectativas: iniciais, das presentes e para o

²⁷ Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

futuro na sua atuação profissional na Instituição, esse momento é importante, pois vai desvelar as perspectivas dos profissionais sobre o seu trabalho no futuro, pensando em um ambiente favorável às suas intervenções.

“A gente sempre tem a visão de que as coisas vão ser boas, que você vai conseguir programar todo o arcabouço teórico que você aprendeu na Universidade, que você vai conseguir aplicar a LOAS, SUAS e tudo o que você conhece que você vai ter autonomia, respaldo para o trabalho, mas só que você se esbarra com questões, que ao longo do tempo que eram de expectativas, mas nós sempre temos que pensar positivo, até porque pra dar continuidade ao trabalho, você precisa buscar algo novo, acreditando que coisas podem de repente mudar, ou mudanças de visão ou de gestão, nunca se sabe, acho que impulsiona essa visão no trabalho é a renovação, porque se não você acaba desistindo.”(AS1)

“Para o futuro eu pretendo que isso aqui melhore que tenha mais condição de trabalho, que tenha CB para atender os usuários, que tenho um projeto voltado para os usuários e se for possível que o projeto para a gestante saia do papel, tenha material (está faltando todos os materiais de papelaria), pra gente trabalhar direitinho.” (AS2)

Todo atendimento ao usuário do Serviço Social deve ser atendido em condições adequadas e dignas. O Artigo 2º estabelece:

O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- a) iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- b) recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- c) ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas;
- d) espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

Estão presentes no espaço cotidiano as contradições e possibilidades de criação de novas relações sociais, mas que precisam ser apreendidas pelo esforço reflexivo. Foi feito o questionamento sobre a categoria profissional e o trabalho do Assistente social na Instituição, as entrevistadas fizeram apontamentos significativos:

“Na categoria profissional, nem sei o que eu posso falar, porque nos aqui no Palmital, estamos isolados em relação ao restante do Município, eu não tenho contato com os outros profissionais da profissão, [...] nos somos uma ilha no meio do oceano”, quando se lembram da gente, porque antes quando tinha algum projeto, eles apareciam, mandavam alguma coisa, agora ficaram somente as promessas de que iriam mandar um computador, internet, que até o momento não chegou, os projetos esta guinados, Palmital se caracteriza por ser um bairro com alto índice de vulnerabilidade social e desemprego, o EJA acabou, até o momento os projetos que me parece que quer se montar e pode ser implementados é artesanato, fazer sabão, pra mim de repente cabe ao Serviço Social existir os projetos, mas a gente não pode ficar lutando sozinha, isso depende do interesse da Gestão, não sou eu que to colocando que tem que ter essas coisas, isso cabe a mim me envolver, mas depende da Gestão, fico pensando enquanto Instituição da Assistência “Qual é o objetivo?” Porque uma secretaria como essa denominação é só na visão de “Dar” aí você pergunta pra gestão, o Assistente Social é só pra entregar a cesta Básica? ”Diante disso se você for fazer um apanhado do que á Secretaria de Assistência Social hoje, a visão é essa, por que o que a Secretaria oferece”? O que está sendo colocado do que existe dentro da LOAS que deveria estar sendo cumprido pelo menos? Então são interrogações que precisam de respostas”. (AS1)

“Na medida do possível está andando direitinho, se a gente houver o material para o trabalho, tudo funciona.” (AS2)

Diante de tantos questionamentos no fazer profissional, o Artigo 7º da Resolução 493/06 prevê:

O Assistente Social deve informar por escrito à entidade, instituição ou órgão em que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, quanto às condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados.

Ou seja, o profissional tem a obrigação de informar aos órgãos competentes sobre suas frustrações, fruto de suas indagações, pois mesmo diante das contradições, busca a melhor forma de ampliar os direitos dos usuários ao qual demanda suas atribuições pertencentes ao seu cotidiano profissional. Para HELLER (1985, p. 17),

A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.

E dessa forma o profissional usa a dialética teoria – prática, pois ambas não estão dicotomicamente separadas, mas constituem uma unidade, vai utilizar o arcabouço teórico-metodológico de princípios, diretrizes e categorias de análise da realidade social, preponderantemente interventivo, só poderá se desenvolver a partir da construção da práxis profissional. GUERRA (2007, p. 181) afirma que,

se é no cotidiano profissional do assistente social que a sua instrumentalidade se materializa, desse mesmo cotidiano emergem mediações que lhe requisitam níveis de racionalidade mais elevados. O movimento teoria/prática, mediado pelo método, realiza-se pela conversão recíproca do universal ao singular, da forma ao conteúdo: universalidade e singularidade são superadas pela particularidade.

YAZBEK (1996, p. 170), exemplifica claramente o que se resume a luta cotidiana do Assistente Social nas múltiplas questões que implicam e permeiam o seu cotidiano,

No conjunto destas reflexões emerge a necessidade de repensar o serviço social profissional enquanto uma das mediações fundamentais na prestação de serviços assistenciais aos subalternos. Para que sua crítica acerca da política social e assistencial e de sua própria intervenção não se configure como

discurso genérico e abstrato, sobretudo no que se refere à cidadania dos assistidos, é necessário em primeiro lugar reconhecer seus limites. Ultrapassar as aparências que escamoteiam o fato de que entre as políticas assistenciais e seu objeto há um enorme fosso, que é o próprio caráter estrutural da geração da pobreza, exclusão e subalternidade de seus usuários.

Fazem-se vários questionamentos em relação à precarização que permeia a vida cotidiana do Assistente Social que em muitas das vezes não tem como mudar a realidade dos usuários que procuram a Assistência, justamente pela falta de condições no seu trabalho que é precarizado, por falta de espaço adequado, no qual não há o sigilo de acordo com o código de ética profissional, e em muitos casos a prefeitura pouco se importa com essas condições, pois apela para o clientelismo e cai no achismo ao pensar que o Assistente Social é desnecessário, pois um parente ou qualquer outra pessoa sem qualquer qualificação pode fazer o papel do Assistente Social, isso é uma realidade verídica e vergonhosa, que acontece constantemente no Brasil, o Assistente Social é um profissional que precisa ter muita mobilidade com várias situações que surgem no seu cotidiano e per passam o seu fazer profissional, deve estar qualificado teoricamente, buscando a ampliação dos direitos dos indivíduos que não tem acesso aos bens e serviços que as Políticas Públicas e os direitos sociais disponibilizam.

É nesse sentido que os objetivos da pesquisa se centram no esforço de recuperar a importância da relação da profissão com as lutas pelos direitos da camada menos favorecida, IAMAMOTO (2004) aponta várias transformações contemporâneas no Serviço Social, que causam a perda da autonomia do profissional que não podem dar sua opinião, se posicionar ou responder positivamente as demandas, pois ficam submetidos à intervenção dos gestores e mesmo diante de tantos equívocos, ainda há um longo trajeto a ser percorrido, mesmo diante às desigualdades geradas/ intrínseco ao modo de produção capitalista, a esperança permanece, mas sabe-se que enquanto houver o capitalismo esse quadro nunca mudará, pois somente com outro modo de sociedade pode-se superar tantos indagações e frustrações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do pressuposto e os princípios fundamentais do código de ética profissional do assistente social, “a ampliação da cidadania, defesa e aprofundamento da democracia, posicionamento em favor da equidade e justiça social”, faz-se necessário à pesquisa analisando a precariedade, no qual o profissional do Serviço social está inserido bem como às aspirações e anseios dos direitos dos usuários da Assistência para a ampliação da cidadania desse público, não deixando de enfatizar a autonomia do Assistente Social e suas mediações nas correlações de forças com a Instituição.

Faz-se necessário analisar e fazer algumas considerações acerca das condições de trabalho dos funcionários da Política de Assistência Social, evidenciando as relações de trabalho dos Assistentes Sociais que atuam na Rede Básica de Atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social em Casimiro de Abreu-RJ especificamente o Centro Social no Palmital e evidenciar a ausência de políticas públicas para essa comunidade.

A imediatividade das demandas que são postas para o exercício profissional, isto é, a maneira com que os usuários chegam até a Instituição, com uma demanda para ser resolvida com urgência. Não que se abstraia a singularidade e a questão da necessidade imediata dos usuários, mas transcendê-la é necessário, para uma boa atuação profissional, desvelar alternativas de inserção desses usuários. Segundo YAZBEK, 1996, p.133

Quando se trata de usuários de serviços assistenciais, o que se constata muitas vezes é a dependência quase que exclusiva dos serviços sociais públicos em suas estratégias para sobreviver. Buscam esses serviços para suprir necessidades materiais de consumo e para enfrentar outras dimensões significativas de seu dia-a-dia.

Essas demandas chegam até a instituição cotidianamente, deve-se pensar alternativas para essas famílias e como acompanhá-las de maneira a inseri-las em outras políticas públicas e programas sociais cabíveis a cada membro,

garantindo e esclarecendo direitos que lhe são reservados em lei. Segundo a Constituição Federal de 1988:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

No Brasil, têm prevalecido os interesses das elites nacionais alinhadas com a burguesia internacional, em detrimento da priorização das necessidades da maioria da população. E isso explica a prevalência da prática espontânea da ajuda mútua como estratégia de sobrevivência. Mas essa ajuda tem se caracterizado como uma prática tradicional, precária devido à secular ausência de proteção institucional efetiva aos mais necessitados – que no Brasil atingem índice considerável.

Observa-se que diante desse quadro o profissional de serviço social, ancorado no seu maior valor ético-político: a liberdade²⁸ tem escolhas a serem feitas que dêem todo o seu direcionamento profissional. São projetos societários que estão em intensa e tensa disputa. Sendo assim, o profissional segundo CARDOSO & LOPES, (2009, p.470) pode escolher:

a perspectiva de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a conquista da emancipação humana, passando pelo fortalecimento de processos de emancipação das classes subalternas; ou a perspectiva de manutenção da ordem capitalista, tendo como exigência a subalternidade da classe trabalhadora, enquanto segmento das classes subalternas.

Como fruto do amadurecimento teórico e ético-político da profissão, fundado nas concepções de homem e de sociedade oferecidos pela ontologia social de Marx, após um profundo debate no interior da categoria profissional

²⁸ Segundo BARROCO, (2007, p. 59 – 60) “Reconhecimento da liberdade como valor ético central conforme legitimado no Código de Ética profissional de serviço social nos princípios fundamentais e entendida como, “ao mesmo tempo, capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade, e, capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas, para que novas escolhas sejam criadas”.

iniciado em 1992, o Código de ética de 1993, parte das conquistas do Código de 1986 e com base num amplo debate sobre Ética e a ética profissional procura superar as debilidades do Código anterior. O compromisso com a classe trabalhadora é corretamente dimensionado para o campo da ética: O compromisso com valores ético-políticos emancipadores referidos à conquista da liberdade. Segundo BARROCO, (2001, p. 201).

Ao indicar a centralidade do trabalho na (re) produção da vida social, o Código [expressão normativa da ética profissional] revela a base objetiva de constituição das ações ético-morais: as capacidades que, desenvolvidas a partir da práxis, objetivam a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade do ser humano-genérico. Em função das capacidades objetivas explicitam-se os valores éticos fundamentais: liberdade, equidade e justiça social, articulando-os à democracia, à cidadania”

Explícita, de forma substantiva, o significado histórico dos valores e princípios com os quais a categoria se compromete. Segundo BARROCO, (2001, p. 205).

Aponta para as determinações da competência ético-política profissional: ela não depende somente de uma vontade política e da adesão de valores, mas da capacidade de torná-las concretos, donde sua identificação como unidade entre as dimensões ética, política, intelectual e prática, na direção da prestação de serviços sociais.

Ou seja, o assistente social pode legitimar a manutenção da ordem, ou pode contribuir na construção de uma contra-hegemonia, através do conhecimento dos direitos e das legislações, bem como na formação política dos sujeitos, o profissional pode atuar de forma a contribuir para a organização desses movimentos de massa. O profissional de serviço social, de forma educativa, pode também contribuir em propostas alternativas de atuação dos mesmos, de forma emancipada – formação da emancipação humana enquanto emancipação de classe - dos sujeitos envolvidos neste processo.

Os assistentes sociais, enquanto categoria pertencente à classe trabalhadora, inseridos na divisão sócio-técnico do trabalho, pois as condições de trabalho que os assistentes sociais vivenciam, leva-os a sofrer os mesmos

impactos das transformações do trabalho ao longo desse processo da reestruturação conservadora, porém por outro lado também o profissional está engajado na luta de melhores condições de vida da classe trabalhadora, pois é no projeto ético-político profissional, que se encontra a base de sustentação da prática profissional para enfrentamento desse desafio, que ao longo da própria história do Serviço Social, foi construído o fortalecimento da categoria, com uma visão crítica e transformadora, trazendo uma resistência ao projeto conservador neoliberal e alavancando assim a tendência do trabalho dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora e da emancipação humana na sociedade capitalista excludente e contraditória, no que tange a presença da desigualdade social e a pobreza como espoliação da classe dominante.

Concomitantemente, o exercício da profissão do Serviço Social sofre transformações e mutações em sua dinâmica de intervenção. O assistente social, enquanto profissão, que se direciona a partir do projeto ético-político, que visa à emancipação e garantia de direitos de seus usuários.

Para tal prática, fazem-se necessárias mediações entre o micro e o macro para entender a realidade e em que contexto sócio-histórico se encontra este usuário, descartando uma visão unilateral da sociedade. A realidade social não é parte que compõe um todo, mas é preciso entender a totalidade da situação imediata que nos demanda. Esse processo de estratégias e mediações necessárias para o exercício profissional se torna cada vez mais difícil de ser implementado, devido à precarização do trabalho do assistente social, com formas de organização e estruturas cada vez mais aviltantes para o profissional.

Diante desse quadro de regressão da profissão, é imprescindível que a categoria profissional, juntamente com os órgãos de regulamentação da profissão – CFESS/CRESS – una forças no coletivo e se mobilize para o enfrentamento de tais questões, como por exemplo, a criação do Plano de Cargos, salários da profissão, não deixando de falar no projeto de lei recém aprovado para a diminuição da carga horária de 40 para 30 horas sem diminuição do salário, mostrando a luta e a vitória da categoria, dentre outras questões pertinentes à melhoria do exercício profissional. O número de profissionais no Serviço Social cresce vertiginosamente a cada ano e há uma necessidade de maiores quantidades de concursos públicos para essa área, percebe-se que os últimos

concursos públicos têm demandado um número maior de vagas, mais ainda causa certa preocupação para a grande maioria de profissionais que ainda se encontra fora do mercado de trabalho.

Portanto, a perda de direitos que constitui o grande desafio para aqueles que concebem uma política social voltada para a satisfação das necessidades sociais. E esse desafio dificilmente poderá ser vencido com medidas pragmáticas e consubstanciadas no voluntariado e na solidariedade que visem a compensar a desigualdade social. Sem a reconquista dos direitos sociais e a exigência legítima de que o Estado cumpra o seu papel de garantidor desses direitos, torna-se difícil, no atual estágio do capitalismo, inclusive, desenvolver políticas sociais, quanto mais públicas.

A partir das observações e reflexões da pesquisa, constatou-se que devido à forma conservadora em que a assistência foi desenvolvida na sociedade brasileira e que ainda permeiam os espaços institucionais, os usuários não têm consciência de sua condição de sujeito portador de direitos sociais, pois os mesmos recebem os benefícios da assistência social como benemerência e não como dever do Estado para com eles, se coloca em uma relação de subalternidade

Destarte, frente a uma realidade contraditória o profissional tem o desafio e o compromisso de se apropriar criticamente da realidade que se apresenta, sobretudo, a partir da singularidade dos casos e no cotidiano de atuação, fazendo um movimento dialético a caminho da compreensão de totalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e desigualdade social na reestruturação capitalista: um balanço da “década neoliberal” no Brasil. *Revista de Políticas Públicas* v. 7 nº 2. São Luís: UFMA, 2003.p. 7-38

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação. *Revista INSCRITA*, nº 6. Conselho Federal de Serviço Social, 2000. p 19.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3ed. São Paulo. Cortez-Unicamp, 1995.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete . O futuro das políticas sociais no governo Lula. *Revista Kátalisis*, 2007. Disponível em http://www.renda.nepp.unicamp.br/sistema/files/ARTIGOS_2007/v10n1a02.pdf acesso em 10/10/2011.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. Brasília: UnB, 2ª edição.2003.

_____. *As políticas brasileiras de seguridade social: saúde. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA PARA ASSISTENTES SOCIAIS. Módulo 3: Política Social*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/NED – UnB, 2000, p. 137 - 152.

BONI, Valdete & QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. IN: *Em tese*, revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol 2, n1 (3), Janeiro-Julho de 2005. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em 10/10/2011.

BRASIL, República Federativa do. Constituição Federal de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Presidência da República – Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº. 8742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL, Presidência da República – Código Eleitoral, Lei nº 9.840, de 28 de Setembro de 1999.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CARDOSO, Franci Gomes & LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora (p. 465 – 471). In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.

CASTRO, Manuel M. História do Serviço Social na América Latina. CELATS, Cortez, 4ª edição São Paulo, 2007.

CRESS. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro, 2007.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

COUTO, B. Rojas. A construção dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil: trajetória social e jurídica in: O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível? 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2006.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho e do Assistente Social. Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais. Módulo IV: O trabalho do assistente social e políticas sociais. Brasília: UNB, CEAD, 2002.

_____. O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional In: Serviço Social & Sociedade São Paulo: Cortez, N. 5, ano 28, 2007

_____. O Serviço Social frente à crise contemporânea: demandas e perspectivas. In Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>. Acesso em 29/09/2011.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 2. ed. SP: Atlas, 1991.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não-Formal e Cultura Política. Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. Coleção Questão da Nossa Época. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

HELLER, A. O cotidiano e a história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Cortez, 21. Ed. São Paulo, 2007.

HOBBSBORN, Eric. Os Destruidores de máquinas. Os trabalhadores. Estudos sobre a História do operariado. 2ª Ed. Paz e Terra, 2000, p. 17-35.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 10 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p.187-245.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. In: Revista Debates Sociais CBCISS, nº. 6 Fortaleza. Cress-CE, 1997.

_____. Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. Cortez, 8ª ed. São Paulo, 2004.

LAKATOS, Eva & MARCONI, Marina. Metodologia do Trabalho Científico. SP : Atlas, 1992.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Estado e Políticas Sociais. In Revista Praia Vermelha. V.18, n.1 2008. Disponível em <http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/article/view/39/24> . Acesso em 20/08/2011.

MARX, K. O Capital - Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, volume 1, 1983.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: Identidade e Alienação. São Paulo: Cortez, 2001.

MESTRINER, M. L. O Estado entre a filantropia e a assistência social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos. A Natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional ocupacional. 2007. Disponível em <http://www.cpihts.com/PDF05/Carlos%20Montano.pdf> . Acesso em 10/10/2011.

MOTA, Ana Elizabete (org.). O Mito da Assistência Social – ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2010.

_____. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. Revista Em Pauta 2008. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/164/190> . Acesso 10/10/2011.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 2001. Disponível em <http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf> . Acesso em 30/11/2011.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PNAS, Política Nacional de Assistência social, 2004. Acesso em 20/08/2011. Disponível em <http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000877.pdf> . Acesso em 15/08/2011.

REICH, Wilhelm. Escute, Zé ninguém. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SEMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. Rev. Katálisis. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/06.pdf> . Acesso em 15/11/2011

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). O Bolsa Família no Enfrentamento à Pobreza no Maranhão e Piauí. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Et alii. Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras. Uma questão em análise. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

_____. Vida Urbana e gestão da pobreza. 1ª ed. São Paulo, Cortez, 1988.

SPOSATI, Aldaíza, FLEURY, Sônia e FALCÃO. Os Direitos dos (des)assistidos Sociais. São Paulo: Cortez, 2006.

TRINDADE, Rosa Lucia Predes. Desvendando o significado do instrumental técnico operativo na prática profissional do Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 1999.

Sites

<www.planalto.gov.br> acesso em 26/05/2011

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>

acesso em 08/06/2011

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm> acesso em 09/06/2011

<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/bolsa-familia> > acesso em 06/10/2011

<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf > acesso 15/11/2011

ANEXOS

ANEXO 1

Roteiro de Entrevista estruturada

- 1- Tempo de atuação na Instituição como Assistente Social? Já havia atuado profissionalmente em outro (s) espaço (s)? Quais? Diferenças e semelhanças no trabalho:
- 2- Qual é o objetivo de trabalho do Assistente Social na Instituição?
- 3- Descreva seu cotidiano de trabalho na Instituição (ações profissionais):
- 4- O que você entende por instrumentais? Quais são os instrumentos utilizados no cotidiano de trabalho do Assistente Social na Instituição?
- 5- Como está organizada a política de Assistência na Instituição?
- 6- Como avalia a Política de Assistência Social na Instituição? Quais as contribuições do Serviço Social na instituição em relação à Autonomia profissional, projeto ético-político, sigilo profissional dentre outras demandas pertinentes a profissão?
- 7- Em sua opinião existe conflito/divergência e/ou semelhança entre as ações e o objetivo determinados pela Instituição em contrapartida ao seu Código de Ética Profissional?
- 8- Dentre as atividades desenvolvidas pela profissão existe alguma que você mais gosta? Qual (is)? Por quê? E alguma (s) que não concorda? Qual (is)? Por quê?
- 9- Existem ações que você considera específicas para Serviço Social na Instituição? Quais? São de fato executadas apenas pelo Serviço Social? Por quê?
- 10- O que você entende por autonomia? Existe autonomia no trabalho do Assistente Social Instituição?
- 11- Quais os elementos que dificultam o desenvolvimento do seu trabalho na Instituição?
- 12- Em sua opinião como o trabalho do Assistente Social é visto pelos usuários que são atendidos e pela equipe técnica da Instituição?
- 13- Quantas Capacitações você já participou ao longo de seu trabalho na Instituição? Comente se há importância, efetividade e/ou dificuldades nesta Capacitação.
- 14- Existem desafios e limites para o trabalho do Assistente Social Instituição?

15- Existem possibilidades de superação dos desafios e dos limites para o trabalho do Assistente Social na Instituição?

16- Existem fatores positivos da Instituição para o trabalho do Assistente Social?

17- Enquanto gestora da Assistência Social no que você se fundamenta para propor a implantação / implementação de projetos sociais na Instituição? Existem documentos que demonstram quais os benefícios mais solicitados no cotidiano profissional?

18- O Plantão Social faz encaminhamentos? Existe a segurança de que todo encaminhamento é atendido?

19- Comente alguns aspectos que foram marcantes, positivos e/ou negativos, na sua trajetória profissional na Instituição?

20- Faça uma reflexão sobre essa trajetória, comente a existência de expectativas: iniciais, das presentes e para o futuro na sua atuação profissional na Instituição?

21- Dê sua opinião livre acerca da categoria profissional e do trabalho do Assistente social na Instituição?

QUESTIONÁRIO PARA ASSISTENTES SOCIAIS

Nome: _____ Idade: _____ anos
Instituição: _____
Cidade: _____ Estado: _____
e-Mail: _____
Função na instituição: _____
Ano em que se iniciou o Serviço Social na instituição: _____
Tempo de trabalho na instituição: _____

I – TRABALHO

1.1- Quantas horas por semana trabalha na instituição?

- 20 a 25 horas
- 30 horas

1.2- Qual a carga horária total por semana de trabalho como Assistente Social?

1.3- Tipo de Vínculo de trabalho

- estatutário
- carteira assinada
- contrato temporário
- comissionado
- Outro _____

1.4- Salário na Instituição

- 1 a 2 salários mínimos
- 3 a 4 salários mínimos
- acima de 4 salários

1.5- Espaço físico de trabalho na Instituição:

- sala própria
- sala para mais de uma profissional. Quantas(os)? _____
- Não dispõe de sala própria

1.6- Onde realiza atendimento, em caso de falta de sala própria

1.7- Possui sala ou local para reunião com grupos

Sim

Não

1.8- Equipamentos:

a) Mesa de trabalho Sim Não

b) Cadeira para usuário Sim Não

c) Armário com chave Sim Não

d) Telefone na sala Sim Não

e) Transporte para visitas Sim Não

f) Computador Sim Não

g) Impressora Sim Não

h) Acesso a internet Sim Não

i) Utiliza Correio Eletrônico Sim Não

j) Visita os sites referentes à profissão? Sim Não

Cite os mais importantes

I – FORMAÇÃO , APRIMORAMENTO E COTIDIANO PROFISSIONAL**2.1- Local e ano de formação:**

2.2-Tempo de trabalho como Assistente Social:

2.3- Realizou ou realiza cursos de extensão e atualização em Serviço Social?

Sim Não

Qual(is), ano de realização e carga horária de cada um:

2.4- Realizou cursos de extensão e atualização na área específica de atuação?

Sim Não

Qual(is), ano de realização e carga horária de cada um:

2.5- Existe incentivo para o aprimoramento profissional na sua instituição?

Não Sim

De que forma?

dispensa de horário pagamento de viagens pagamento do curso
pagamento de inscrição de eventos outras

Especificar:

2.6 Considera importante o aprimoramento profissional? Sim Não

Por que?

2.7- Conhecimento da legislação atual do Serviço Social e da Assistência Social:

a) Lei de Regulamentação Sim Não

b) Código de Ética Sim Não

c) Diretrizes curriculares Sim Não

d) LOAS

Sim Não

e) SUAS

Sim Não

2.8- Quais as legislações supracitadas você utiliza no seu cotidiano profissional na Instituição?

2.9 – Participa do processo de tomada de decisões e de planejamento da instituição?

Sim

Não

2.10- Como você participa?

2.11- Tem ou já teve estagiários de Serviço Social?

Sim Não

2.12- Se não tem ou não teve estagiários de Serviço Social, aponte os motivos:

falta de espaço físico

falta de autorização da entidade

falta de interesse

dificulta a rotina de trabalho

Outro

2.13- Participou/participa de reuniões de supervisores de campo com professores do curso de Serviço Social?Onde?

- Sim
 Não

2.14- Qual a importância do estágio para a formação profissional?

2.15- Participou/participa de grupos de estudo? Qual(is)?

- Sim Não

2.16- Participa ou participou de algum conselho municipal?

- Sim Não

Qual(is), quando e função:

2.17- Reúne-se com outra(o)s assistentes sociais de outras instituições da rede Municipal?

- Não Sim

a) Tipo de relacionamento:

- formal informal

b) Frequência:

- muito freqüente freqüente pouco freqüente

2.18- Tem contato com profissionais de outras áreas?

- Sim Não

a) Tipo de relacionamento:

- formal informal

b) Frequência:

- muito freqüente freqüente pouco freqüente

2.19-Tem contato com a Secretária Municipal de Assistência Social , Subsecretária Municipal de Assistência e o Prefeito do Município?

- Sim Não

a) Tipo de relacionamento:

- formal informal

b) Frequência:

- muito freqüente freqüente pouco freqüente

ANEXO 3

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Esta pesquisa integra a Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Henedina Brígida Santos Rodrigues, nível Bacharel em Serviço Social sob orientação do Mestre. Prof^a Leile Teixeira.

Para o desenvolvimento de tal trabalho será necessária a realização de entrevistas e aplicação de questionários.

Vale ressaltar que sua participação é voluntária sendo resguardada a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem que seja penalizado ou que implique em qualquer tipo de prejuízo.

As informações coletadas serão tratadas de forma confidencial garantindo-se o anonimato de cada participante.

A pesquisadora se compromete ainda a prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários antes e durante o desenvolvimento da pesquisa, bem como apresentar os resultados obtidos, caso haja interesse dos envolvidos.

Agradeço a sua atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Henedina Rodrigues

Termo de Consentimento

Eu, _____,

Autorizo a realização da pesquisa desenvolvida pela aluna da Graduação em Serviço Social – nível Bacharel, Henedina Brígida Santos Rodrigues.

Declaro ter sido devidamente informada sobre objetivos e procedimentos do estudo em questão, e estou ciente que serão resguardados todos os procedimentos éticos da pesquisa.

Rio das Ostras, _____, _____ de 2011.